

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

ANA CLÁUDIA SANCHES ARRUDA

TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DA COMUNIDADE SURDA NA CIDADE DE BAURU

BAURU

2022

ANA CLÁUDIA SANCHES ARRUDA

TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DA COMUNIDADE SURDA NA CIDADE DE BAURU

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de bacharel em
Jornalismo - Centro Universitário
Sagrado Coração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Leire Mara
Bevilaqua

BAURU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

A773t

Arruda, Ana Cláudia Sanches

Telejornalismo e inclusão da comunidade surda na cidade de Bauru / Ana Cláudia Sanches Arruda. -- 2022.
104f. : il.

Orientadoar: Prof.^a Dra. Leire Mara Bevilaqua

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) -
Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Acessibilidade. 2. Comunicação. 3. Comunidade Surda. 4.
Libras. 5. Telejornalismo Local. I. Bevilaqua, Leire Mara. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me dar forças, me guiar e me permitir realizar este trabalho ao longo dos dois últimos semestres.

À minha mãe, Valéria, por me permitir realizar esta graduação. Como também ao meu pai, Cláudio; minha irmã, Ana Alice; meus avós maternos, Dirce e Darcy; em memória aos meus avós paternos, Amábile e Benedito; aos meus tios e padrinhos Cleusa e Valdivino, por apoiarem meus estudos e minhas decisões, me incentivarem a persistir na realização dos meus sonhos.

Aos meus amigos e colegas que ganhei durante esta jornada, pelos momentos de aprendizado e trocas de experiências. Em especial, aos meus amigos Caio Gasparetto, Iris Manfrinato, Maria Eduarda Delcourt, Maria Júlia Costa e Nicolas Morales, que foram essenciais durante os momentos de tensões na graduação, na vida pessoal e durante a pandemia como também nos momentos de alegrias e celebrações. Que felicidade ter encontrado vocês e espero levar a amizade deste grupo para sempre em minha vida.

À minha melhor amiga, Letícia, que mesmo em cidades diferentes sempre esteve presente oferecendo apoio, acolhimento e motivação.

Ao meu local de trabalho, APAE Bauru, por me permitir conhecer a realidade das Pessoas com Deficiência, me tocar e sensibilizar quanto às necessidades e vivências desta parcela da população e conhecer histórias transformadoras e inspiradoras. Uma experiência que me ensinou sobre empatia e amor ao próximo, com toda a certeza fez e seguirá fazendo a diferença na minha construção como jornalista e ser humano. Em especial também aos amigos e colegas que fiz na instituição, por todo o apoio e incentivo durante a execução deste trabalho.

Aos queridos entrevistados, por aceitarem participar deste trabalho e apresentaram contribuições valiosas para a pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua, por todo o suporte e incentivo necessário durante a pesquisa, por toda paciência, sempre me motivando a persistir em todos os momentos. Que alegria mesmo no final do curso ter encontrado você, professora, obrigada.

De modo geral, gratidão a todos que ajudaram de forma direta e indireta durante os quatro anos de graduação, em especial durante os dois anos finais do curso e nesta etapa de conclusão.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso avalia o impacto para a comunidade surda do não cumprimento dos Artigos 65 e 67 da Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na cidade de Bauru, que preveem o pleno acesso de pessoas com deficiência à informação e à comunicação nos serviços de telecomunicações, a partir de recursos de acessibilidade como: legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição. O trabalho utiliza-se das pesquisas documental e bibliográfica como base teórica de investigação, do método de entrevista em profundidade para a discussão da inclusão e o cumprimento da função social do telejornalismo local e da pesquisa descritiva para mapear a oferta de recursos de acessibilidade pelos telejornais bauruenses. A partir dessa trajetória foi possível identificar que a comunidade surda de Bauru tem dificuldade em acompanhar e compreender os conteúdos veiculados no telejornalismo bauruense por conta da falta de acessibilidade pela janela com o intérprete de Libras e a péssima qualidade da legenda gerada automaticamente (*Closed Caption*) que não inclui a especificidade da legendagem para surdos e ensurdecidos. Assim, sente-se alijada da informação, do conhecimento, da construção da identidade, da sua representação na tela como cidadão, e da busca por seus direitos e necessidades possibilitadas pelo telejornalismo.

Palavras-chave: Acessibilidade. Comunicação. Comunidade Surda. Libras. Telejornalismo local.

ABSTRACT

This final paper evaluates the impact for deaf community of the non-compliance of 65 and 67 articles Law 13.146 – Brazilian Law for Inclusion of Persons with Disabilities, in Bauru city. These articles establishes the full access in telecommunications services, based on accessibility features such as: closed captioning, window with a Libras interpreter and audio description. This work uses documental and bibliographic researches as a theoretical basis for investigation, the in-depth interview method for the discussion of inclusion and the fulfillment of the social function of local television journalism, and the descriptive research to map the offer of accessibility resources by Bauru's TV news. From this trajectory, it was possible to identify that the Bauru's deaf community has difficulty in following and understanding the broadcast contents in the television news due to the lack of accessibility through the window with the Libras interpreter and the poor quality of the automatically generated subtitles (Closed Caption), which does not include the specificity of subtitling for the deaf and hard of hearing. Thus, it feels excluded from information, knowledge, the construction of identity, representation as a citizen, and the search for its rights and needs made possible by TV news.

Key words: Accessibility. Communication. Deaf Community. Libras. Local Television Journalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	8
1.2	HIPÓTESE	9
1.3	OBJETIVO GERAL	9
1.3.1	Objetivos específicos	9
1.4	JUSTIFICATIVA	9
1.5	METODOLOGIA	11
2	O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO	14
2.1	HISTÓRIA DAS PESSOAS SURDAS	15
2.2	ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO	17
2.2.1	Acessibilidade na Radiodifusão	18
3	O TELEJORNALISMO NO BRASIL	24
3.1	A ACESSIBILIDADE NOS TELEJORNALIS NACIONAIS	29
3.2	TELEJORNALISMO LOCAL	38
4	O TELEJORNALISMO BAURUENSE E A ACESSIBILIDADE	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE A – ENTREVISTA PROFA. DRA. ANGÉLICA TEREZINHA CARMO RODRIGUES	65
	APÊNDICE B – ENTREVISTA PROFA. DRA. SUELY MACIEL	73
	APÊNDICE C – ENTREVISTA GILCEMAR DE SOUZA WERNECK	81
	APÊNDICE D – ENTREVISTA JULIO CÉSAR COUTO NAGATOMO	86
	APÊNDICE E – ENTREVISTA ALINE MONIQUE JACOMO NAGATOMO	91
	APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	94
	APÊNDICE G – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADOS	95
	ANEXO A – TABELA PRESENTE NO RELATÓRIO MUNDIAL DE AUDIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2021	100
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP/UNISAGRADO	101

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE (2010), existem no Brasil 9.717.318 pessoas com deficiência auditiva, sendo, aproximadamente, 2 milhões com deficiência auditiva severa. Na cidade de Bauru, os mesmos dados do Censo de 2010, disponibilizados pela base de dados da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, apontam que, do total de 343.937 habitantes, há 3.952 pessoas com deficiência auditiva, o equivalente a 1,15% da população.

Refletindo a respeito da história da comunidade surda no Brasil, no ano de 1855, o francês Ernest Huet propôs ao imperador Dom Pedro II a criação de uma escola para a educação de surdos, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Dentro desse cenário de fomento ao saber, surgiu a Língua Brasileira de Sinais, difundida por todo o Brasil com a formação de alunos dos diferentes estados brasileiros. Mas o movimento pela legalização e oficialização da Língua Brasileira de Sinais teve início somente no final dos anos 1980, com a criação de um projeto de lei em 1993. Ele ganhou forma apenas em 24 de abril de 2002, com a Lei nº 10.436 reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e expressão. Segundo o primeiro artigo da lei:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A lei passou recentemente por nova regulamentação a partir do Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018. Ele altera um decreto anterior, o de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Com a reformulação:

O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 2018).

Quanto ao direito à informação e à comunicação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ainda em 1948, já reconhecia esse como um direito fundamental.

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Em concordância, a Constituição Brasileira de 1988 também definiu no artigo Art.º 1 como fundamentos do Estado Democrático de Direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. E, no Art.º 5, inciso XIV, sobre os direitos e garantias fundamentais, o acesso de todos à informação. Contudo, só em 2005 foi criada uma norma, a NBR 15290 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para consolidar a importância do acesso à informação ao definir as diretrizes gerais a serem seguidas para promoção da acessibilidade em comunicação na televisão¹.

Dez anos depois, em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146, a qual também versa no capítulo II sobre o acesso à informação e à comunicação. No Art.º 65 consta que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações devem garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica. No Art.º 67, está a definição das obrigações referentes aos serviços de radiodifusão de sons e imagens:

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - substituição por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III - audiodescrição.

(BRASIL, 2015).

Apesar disso, mesmo após 70 anos de história da televisão no Brasil, completados no ano de 2020, e uma grande penetração nos domicílios brasileiros, a acessibilidade não está presente na programação das emissoras em sinal aberto.

¹ Essa norma foi atualizada em 2016 e segue vigente em 2022, ano de realização deste trabalho.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, em 2019, dos 72,9 milhões de lares particulares permanentes, em 96,3% havia televisão. Números que demonstram a importância desse veículo de comunicação para o entretenimento e para a obtenção de informações.

Diante de tais características, o telejornalismo, por sua vez, tem um grande poder de penetração e é importante referência para os seus telespectadores. Juntamente com o desenvolvimento da tecnologia digital, o crescimento da internet e a multimídia do telejornalismo, o ato de assistir ao telejornal e demais programas televisivos em sites, plataformas de streaming e redes sociais tornou-se uma realidade. Principalmente quando considerado que 82,7% dos domicílios no Brasil acessam e utilizam a internet, sendo o telefone smartphone utilizado em 99,5% dos lares, e desta porcentagem, 88,4% são com a finalidade de assistir a vídeos, programas, séries e filmes, segundo os dados de 2019 da PNAD Contínua do IBGE.

Assim, o poder de penetração e o lugar de referência do telejornalismo atinge níveis exponenciais quando contabilizados os domicílios com televisão e cada usuário de um telefone com acesso à internet. Corroborado por Piccinin (2000), ao afirmar que os telejornais têm a função de porta-vozes dos acontecimentos no país e no mundo e é por meio deles que muitos brasileiros se informam sobre o que ocorre no dia.

Esse papel do jornalismo é reforçado pelo Capítulo I do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), que versa a respeito do direito à informação como base do direito fundamental do cidadão e que o “acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão (...)”. Mas, para que isso ocorra para a maior parte da população, os telejornais precisam ser acessíveis, inclusive os de abrangência local.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em vista que o telejornalismo tem um grande poder de penetração e é um instrumento social, questiona-se: Qual o impacto da falta de acessibilidade dos telejornais de Bauru para as pessoas surdas?

1.2 HIPÓTESE

1. A falta de acessibilidade adequada priva as pessoas surdas de terem pleno acesso à informação;
2. A televisão, como concessão pública, não atinge toda a população e o jornalismo, como importante instrumento social, não cumpre o seu papel.

1.3 OBJETIVO GERAL

Descobrir como a falta de acessibilidade nos telejornais de Bauru impacta na vida da comunidade surda.

1.3.1 Objetivos específicos

- Identificar a importância do jornalismo local como instrumento social;
- Analisar a carência no acesso à informação por parte das pessoas surdas, devido à falta de acessibilidade nos telejornais bauruenses;
- Estudar as opções de acessibilidade para a comunidade surda.

1.4 JUSTIFICATIVA

A importância deste trabalho, denominado “Telejornalismo e inclusão da comunidade surda na cidade de Bauru”, justifica-se pela necessidade de debater o cumprimento da função social do jornalismo televisivo quanto à acessibilidade para a comunidade bauruense de pessoas com deficiência auditiva severa.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, pontuam sobre a importância da acessibilidade à informação e à comunicação para possibilitar às pessoas com deficiência pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Segundo o item II da Convenção:

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis; “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007).

Tendo como referência os conceitos de comunicação e língua acima apresentados, para a aplicação nesta pesquisa, será utilizado também o conceito de acessibilidade presente na portaria nº 310 de 27 de junho de 2006, que aprova a Norma Complementar nº 01/2006 sobre os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Segundo ele, “acessibilidade: é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência auditiva, visual ou intelectual” (BRASIL, 2006).

Ainda de acordo com a Portaria nº 310, há uma orientação para a produção e veiculação dos recursos de acessibilidade seguindo os critérios e requisitos técnicos especificados na NBR 15290 editada pela ABNT, com um cronograma para total implementação dos recursos de acessibilidade na programação dos serviços de radiodifusão de som e imagens. Todavia, o referido cronograma sofreu modificações por meio da Portaria nº 188, de 24 de março de 2010, que previa uma extensão do prazo tanto para a implementação de recursos de audiodescrição quanto de legenda oculta e dublagem.

Os prazos de ambas as portarias já foram atingidos em 2020 e 2021, respectivamente. No caso da janela de Libras, a previsão era de que a opção para acionamento do recurso em toda a programação fosse possível com a finalização da implementação da televisão digital. Ainda assim, não são todas as emissoras de televisão aberta que estão cumprindo a legislação. Apenas a TV Cultura e TV Brasil oferecem os recursos de acessibilidade com a inserção da janela de Libras.

Segundo Lopes (1997), a ligação entre o direito à informação e a importância social do jornalismo é viável apenas com a garantia de amplo acesso a todos os meios de comunicação e educação, para assim garantir livre circulação de ideias. Assim,

Ao ter como objeto direto a divulgação de informações, ideias e debates, promovendo a liberdade de expressão, os meios de comunicação, em especial os de radiodifusão, estão intimamente ligados aos objetivos fundamentais do Estado brasileiro, que buscam o pluralismo político e o desenvolvimento da cidadania. (LOPES, 1997, p. 151).

A televisão, como parte dos serviços de radiodifusão, está presente na casa dos cidadãos brasileiros. Em consequência, o telejornalismo assume a posição

facilitadora para divulgação das informações, especialmente o telejornalismo local, que se aproxima do cidadão, da vida real e de seus problemas. Vizeu e Cerqueira (2019) afirmam que

(...) a busca por orientação é peça fundamental na engrenagem da construção social das realidades. Indentidade, (re)conhecimento, representação fazem desse telejornalismo âncora das demandas mais urgentes da comunidade, amplificador dos debates e questões políticas, culturais e econômicas. (VIZEU; CERQUEIRA, 2019, p. 41).

Essa função do telejornalismo local ficou ainda mais evidente no ano de 2020, em consequência da pandemia de Covid-19, que obrigou toda a sociedade a passar mais tempo dentro de suas casas e a buscar informações sobre uma doença desconhecida que passou a aflingir todo o mundo.

Tal situação foi exposta pela pesquisa “Inside Video – A (Re)Descoberta” (2020), do Kantar IBOPE Media. Os dados apresentados no estudo foram coletados nas regiões metropolitanas brasileiras no início de 2020 e traçam um comparativo com anos anteriores. Mais de 204 milhões de brasileiros assistiram à televisão em 2020. O tempo médio diário foi de 7h09 minutos, 37 minutos a mais do que em 2019 e o mais alto dos últimos 5 anos.

A partir da pesquisa também foi possível identificar que o conteúdo jornalístico teve aumento de 41% no tempo de grade das emissoras. De um universo de 19.827 entrevistados, 82% afirmaram acompanhar o noticiário na televisão, assim como 43% disseram ser uma forma rápida e confiável de se informar, o que confirma a busca da população aos telejornais locais para a solução de diversas dúvidas a respeito da Covid-19, avanços dos casos, evolução da vacina, novas descobertas da medicina para o combate da doença e principalmente sobre o que era de fato verdade, dado o contexto mundial de disseminação de informações falsas por intermédio dos sites de redes sociais.

1.5 METODOLOGIA

Este trabalho parte de uma pesquisa aplicada, com o propósito de gerar conhecimentos para aplicação prática. É classificada como uma pesquisa social e exploratória, que, segundo Gil (2007), tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, ou para construir hipóteses.

Por isso, utilizou-se três etapas metodológicas: a primeira correspondeu à pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002) compreende a ação de selecionar e revisar obras produzidas a respeito do tema, e à pesquisa documental, que recorre a fontes mais diversificadas e dispersas sem o tratamento analítico (FONSECA, 2002). Os resultados estão apresentados nos capítulos dois e três que versam, respectivamente, sobre os dados e legislações sobre o direito de acesso à informação e à comunicação, sobre acessibilidade e acessibilidade na radiodifusão (*Closed Caption* e janela de Libras), conceitos de telejornalismo, inclusão e o exercício da cidadania. E também os aspectos do telejornalismo local.

A segunda etapa foi composta por entrevistas em profundidade, “uma técnica qualitativa que permite explorar assuntos a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (DUARTE, 2009, p. 62). Como descrito por Duarte (2009), o objetivo desse tipo de entrevista é aprofundar o debate e entendimento de diferentes perspectivas sobre o mesmo tema. Por isso, foram escolhidos três especialistas, distribuídos nas áreas de Comunicação e Linguística, e duas pessoas surdas.

A primeira entrevistada foi a professora Dra. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues, especialista em Língua Portuguesa e Libras e docente na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, câmpus de Araquara. A entrevista em profundidade foi realizada pela plataforma Google Meet e teve 43 minutos e 20 segundos de duração.

A segunda, a professora Dra. Suely Maciel, que desenvolve pesquisas na área de comunicação e acessibilidade, docente na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, câmpus de Bauru. Ela também é líder do grupo de pesquisa em Linguagem e Mídias Acessível (CNPq), coordena o projeto Biblioteca Falada, de produção e pesquisa em mídia sonora acessível e audiodescrição, e trabalha no desenvolvimento do mapa sonoro acessível de Bauru. A entrevista em profundidade foi realizada pela plataforma Google Meet e teve 57 minutos e 50 segundos de duração. No entanto, foi necessária uma nova entrevista para esclarecimento de informações e a mesma foi realizada via WhatsApp.

O terceiro participante foi o pedagogo Gilcemar de Souza Werneck, tradutor intérprete de Libras há 12 anos. Ele foi entrevistado pela plataforma Zoom e a duração foi de 22 minutos e 20 segundos.

O quarto, foi Julio César Couto Nagatomo, auxiliar de logística que possui deficiência auditiva severa. Ele também participou por meio da plataforma Zoom e a entrevista chegou a 34 minutos e 30 segundos. Nesse caso, a pesquisadora contou com a tradução do intérprete Gilcemar.

A quinta e última entrevistada foi Aline Monique Jacomo Nagatomo, operadora de máquina que possui deficiência auditiva severa. A entrevista com ela foi realizada pela plataforma Zoom, com tradução do intérprete Gilcemar, e teve a duração de 12 minutos.

Com esses cinco entrevistados, buscou-se estudar a fundo as dificuldades para a acessibilidade com os recursos disponíveis atualmente no telejornalismo bauruense, os impactos na vida cotidiana de pessoas surdas e o cumprimento da função social do jornalismo. A partir da coleta e análise qualitativa das informações, foi possível identificar o impacto que a falta de inclusão possui no cotidiano da comunidade surda e discutir a importância do real acesso à informação, disponíveis no capítulo quatro.

Para a realização das entrevistas em profundidade, o trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Sagrado Coração, juntamente com o roteiro de perguntas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponíveis nos Apêndices, para verificação. Ele foi aprovado sob o parecer nº 4.975.919, em setembro de 2021, disponível no Anexo B.

Por fim, a terceira etapa consistiu em uma pesquisa descritiva dos telejornais produzidos e veiculados na cidade de Bauru, para corroborar os dados coletados nas etapas anteriores. Durante o período de 18 de abril de 2022 a 02 de maio de 2022, foram consultadas as edições dos noticiários de quatro emissoras na cidade de Bauru: TV Tem, Record TV Paulista, TV Câmara e TV Prevê. Além dos telejornais exibidos em sinal aberto, também foram verificadas as publicações feitas em sites, redes sociais e plataformas de streaming, com o objetivo de constatar a oferta dos recursos de acessibilidade. Esses resultados estão contidos no capítulo quatro.

Para finalizar o trabalho, no capítulo cinco são apresentadas as considerações finais e a conclusão da pesquisa.

2 O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

A perda auditiva de adultos é categorizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no “Relatório Mundial de Audição”, de março de 2021. Os níveis são:

- Audição normal: até 20 dB;
- Perda auditiva leve: de 20 a 35 dB;
- Perda auditiva moderada: de 35 a 50 dB;
- Perda auditiva moderadamente severa: de 50 a 65 dB;
- Perda auditiva severa: de 65 a 80 dB;
- Perda auditiva profunda: de 80 a 95 dB;
- Perda auditiva completa/surdez: 95 dB ou superior.

Na tabela abaixo, é possível identificar o que cada um desses índices representa para a experiência auditiva de uma pessoa.

Tabela 1 - Graus de perda auditiva e experiência auditiva relacionada²

Grau	Limite auditivo na melhor orelha auditiva em decibéis (dB)	Experiência auditiva em um ambiente silencioso para a maioria dos adultos	Experiência auditiva em um ambiente barulhento para a maioria dos adultos
Audição normal	Menos de 20 dB	Sem problemas para ouvir sons.	Nenhum ou mínimo problema de audição de sons.
Perda auditiva leve	20 dB < 35 dB	Não tem problemas para ouvir a fala de conversação.	Pode ter dificuldade em ouvir a fala de conversação.
Perda auditiva moderada	35 dB < 50 dB	Pode ter dificuldade em ouvir a fala de conversação.	Dificuldade em ouvir e participar de conversas.
Perda auditiva moderadamente severa	50 dB < 65 dB	Dificuldade em ouvir a fala de conversação; pode ouvir vozes elevadas sem dificuldade.	Dificuldade em ouvir a maioria das falas e participar de conversas.
Perda auditiva severa	65 dB < 80 dB	Não ouve a maioria das conversas; pode ter dificuldade em ouvir e entender vozes elevadas.	Extrema dificuldade em ouvir a fala e participar de conversas.
Perda auditiva profunda	80 dB < 95 dB	Extrema dificuldade em ouvir vozes elevadas.	O discurso de conversação não pode ser ouvido.
Perda auditiva total/surdez completa	95 dB ou maior	Não pode ouvir a fala e a maioria dos sons ambientais.	Não pode ouvir a fala e a maioria dos sons ambientais.
Surdez unilateral	< 20 dB na melhor orelha, 35 dB ou mais na pior orelha	Pode não ter problema, a menos que o som esteja próximo ao ouvido com a audição mais fraca. Pode ter dificuldade em localizar sons.	Pode ter dificuldade em ouvir a fala e participar de conversas e em localizar sons.

Fonte: ONU, 2021. Tradução pela autora.

² Tabela original disponível no Anexo A.

Entretanto, a OMS considera a perda auditiva “incapacitante” superior a 35 decibéis (dB). E quase 80% das pessoas com esse nível de perda vivem em países de baixa e média renda. Segundo o relatório citado, mais de 5% da população mundial, ou 430 milhões de pessoas, possuem a perda auditiva incapacitante.

O Banco Mundial em seu último relatório “Perspectivas Econômicas Globais”, de janeiro de 2022, classificou o Brasil como um país de economia de mercados emergentes e em desenvolvimento (EMDEs). Considerando esse dado, integra os países onde vivem quase 80% das pessoas com perda auditiva incapacitante.

Essa posição de país emergente/em desenvolvimento indica que grande parte da população enfrenta problemas sociais como: pobreza, fome, saúde e educação precárias. Juntamente com a falta de acessibilidade na comunicação e no acesso à informação, geram impacto significativo na vida das pessoas surdas e no desenvolvimento pessoal, educacional e social das mesmas.

2.1 HISTÓRIA DAS PESSOAS SURDAS

Durante a entrevista em profundidade com Angélica Terezinha Carmo Rodrigues, a professora explicou sobre a existência de hipóteses de que a Língua de Sinais foi a primeira língua a ser sistematizada. Isso porque a espécie *Homo sapiens* foi a primeira a conseguir articular e produzir sons, que provavelmente foram imitações. E tal condição só foi possível graças ao desenvolvimento da laringe, o que permitiu a melhor modulação da fala.

(...) antes do *homo sapiens*, a articulação da fala não era possível mecanicamente. Só que nós temos muitas evidências arqueológicas de organização social. Como casas de trabalho, casas de reza e que são achados arqueológicos. Que apontam que aquelas estruturas devem ter sido usadas (...). Aquilo não poderia ter sido feitos sem que as pessoas tivessem um sistema de comunicação, então a hipótese é que a língua, as línguas de sinais, tenham sido utilizadas. Então, provavelmente, com a evolução da nossa espécie, falar deve ter sido mais vantajoso. Isso acabou se perdendo, mas temos na história da humanidade, relatos de surdos, desde a antiguidade grega dos autores clássicos da literatura e filosofia grega que falam dos surdos. (RODRIGUES, 2021, informação verbal)³.

3 Entrevista concedida por RODRIGUES, Angélica Terezinha Carmo. Entrevista I. [out. 2021]. Entrevistador: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min. 20 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Durante o estudo dessa trajetória histórica do povo surdo, são evidentes os obstáculos oriundos dos estereótipos da cultura do ouvintismo. Conforme a obra de Strobel (2006), na antiguidade grega, as pessoas surdas eram consideradas “anormais”, com atraso de inteligência e excluídas da vida social e educacional. Para a época, a capacidade de falar e ouvir eram necessárias para a pessoa ser aceita. O mesmo aconteceu na Roma antiga, em que os sujeitos surdos eram sacrificados ou afastados do convívio social: “eram isolados, eram presos em celas e calabouços, asilos e hospitais, ou feitos de escravos” (STROBEL, 2006, p. 248).

Ainda segundo Strobel (2006), é a partir do século XVI que se iniciou o debate a respeito da integração social dos surdos. Conseqüentemente, surgiram na Europa numerosos professores desenvolvendo trabalhos sobre a aprendizagem dos surdos ao utilizar a língua de sinais e o alfabeto manual, conhecido como bilinguismo.

No cenário brasileiro, a primeira escola para pessoas com deficiência auditiva severa, o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi fundada em 1857 por Ernest Huet, surdo francês e professor de surdos, que teve o apoio do Imperador Pedro II. Nesse momento, o Instituto foi o principal responsável pela difusão inicial da língua no país e o desenvolvimento das pessoas surdas.

Porém, toda a evolução se perdeu em 1880 com o Congresso Internacional de Milão, que banuiu absolutamente a língua de sinais, priorizando o método oral puro – oralismo. Strobel (2006) citando Rée (2005) explica que:

Por quase um século, as línguas de sinais foram perseguidas nas mesmas instituições que supostamente deveriam propagá-las. Mas os códigos não chegaram a ser eliminados, mas simplesmente conduzidos ao mundo marginal, onde sobreviveram graças às contraculturas estabelecidas pelas crianças nas escolas, clandestinas, rebeldes e cruéis. (RÉE, 2005 apud STROBEL, 2006).

Desse momento em diante, a língua de sinais foi difundida de forma clandestina entre a comunidade surda. Com a falha desse modelo, durante os anos 1980 voltou-se a discutir sobre a utilização da língua de sinais, ou do bilinguismo para a educação e comunicação de pessoas surdas no Brasil e no mundo. Fernandes (1998) explica que, nesse momento,

(...) resistindo às pressões da concepção etnocêntrica dos ouvintes, organizou-se em todo o mundo e levantou bandeiras em defesa de uma língua e cultura próprias, voltando a protagonizar sua história. A princípio, as mudanças iniciais vêm sendo percebidas no espaço educacional, através de alternativas metodológicas que transformam em realidade o direito do surdo a ser educado em sua língua natural. (FERNANDES, 1998, p. 21).

A contínua luta pela defesa de uma língua e culturas próprias aqui no país levou, após 30 anos, à criação e oficialização da Língua Brasileira de Sinais, com a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Ela abriu portas para o surgimento de regulamentações que tornam obrigatória a acessibilidade à comunicação e à informação para pessoas com deficiência auditiva em todos os ambientes.

2.2 ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO

A discussão sobre acessibilidade na comunicação existe há mais de 20 anos. Em 19 de dezembro de 2000, foi criada a Lei 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência. No entanto, o tema foi regulamentado apenas em 2015, com a sanção da Lei 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O Art.º 3, inciso IV, especificamente, versa sobre as barreiras de acessibilidade plena da pessoa com deficiência. Separado por subitens, destacam-se: d) “barreiras nas comunicações e na informação”. Ou seja, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Percorrendo a Lei de Inclusão, também é essencial destacar no mesmo artigo, o inciso V, que discorre a respeito da comunicação para pessoas com deficiência.

Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015).

Quanto a esse tema, faz-se relevante trazer à discussão os comentários da Secretária de Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, Célia Leão, realizados em uma Live organizada e transmitida pelo canal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bauru⁴ no Youtube, no dia 30 de setembro de 2021, com o tema: “Por que ainda estamos falando de inclusão?”. Durante sua fala, foi abordado o conceito de “barreira atitudinal”, ou seja, a barreira existente nas pessoas que visualizam a pessoa com deficiência como “coitada”. Essa barreira reforça ideias capacitistas⁵ da sociedade. Célia Leão (2021, informação verbal) explicou que existem pessoas que necessitam de apoio diferenciado, algumas ou muitas vezes. Mas, a realidade é que precisam de oportunidades iguais. E finalizou: “quanto mais informação tiver, mais fácil fica para nós melhorarmos a qualidade da sociedade dentro da inclusão”.

E é justamente essa visão que precisa ser transformada por meio da informação e do conhecimento. Mas, é necessário também que essa informação seja acessível a todos.

2.2.1 Acessibilidade na Radiodifusão

Na radiodifusão de sons e imagens, os autores Belém, Cajazeira e Cirne (2020, p. 97) classificam a relação da imagem e do som no fazer jornalístico como um perfeito casamento, que possibilita a compreensão dos fatos de maneira pedagógica. No entanto, eles ressaltam que há registros em manuais de telejornalismo, por exemplo, que reforçam e incentivam um possível desequilíbrio nessa relação: “(...) sobretudo quando assume que a imagem desacompanhada do som comunica, ou que o silêncio, sem imagem, também pode ser informação. No entanto não é bem assim quando se considera uma audiência com audição e visão comprometidas” (BELÉM; CAJAZEIRA; CIRNE 2020, p. 97).

Os professores comentam ainda a importância de atender as necessidades de pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, dislexia, idosos com baixa visão ou dificuldade para ouvir. E classificam esse grupo como parte da “audiência que

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hNvkRaLEk5k&t=301s>. Acesso em: 30 set 2021

⁵ Vendramin (2019, p.17) ressalta que o capacitismo é “a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”.

parece não ser prevista nas pesquisas de mensuração de mídia ou data mining” (2020, p. 4). Para eles, as produções televisuais são orientadas para o consumo de uma audiência ouvinte e vidente, conseqüentemente, destinando os surdos ou deficientes auditivos à total dependência das pessoas ouvintes ou oralizadas para compreensão das notícias presentes em telejornais. Tal situação faz com que pessoas surdas ou com deficiência visual percam o interesse em programas televisivos.

No caso específico da comunidade surda, constata-se que há pouca oferta televisiva disponível. Podemos afirmar que desde 1950 data da inauguração da TV aberta, apenas há um programa inclusivo em que o público surdo é protagonista: o Repórter Visual (TV Brasil), um jornal bilíngue (Libras/Português), com reportagens que oferecem aos surdos conhecimentos sobre fatos do Brasil, do Mundo e relacionados à acessibilidade. (BELÉM; CAJAZEIRA; CIRNE, 2020, p. 98).

Já Karnopp e Quadros (2004), com base na classificação de Chomsky (1957), caracterizam a Língua de Sinais como uma língua natural.

Língua natural é uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os seus usuários. (KARNOPP; QUADROS, 2004, p.30).

Deste modo, Karnopp e Quadros (2004) prosseguem na descrição de que esse sistema abstrato para as línguas orais são as palavras faladas e, para as línguas de sinais, as palavras sinalizadas, conseguintes de um número ilimitado de frases. Portanto, as línguas de sinais são englobadas nessa classificação pois possuem sintaxe, morfologia e capacidade de gerar infinitas sentenças.

Assim, é possível estabelecer a necessidade de garantir os recursos de audiodescrição, legendagem oculta para surdos e ensurdecidos, e a janela com intérprete de Libras em produções televisuais para promover o acesso à informação por parte de todos os públicos. A Norma Complementar nº 01/2006, aprovada pela Portaria nº 310 de 27 de junho de 2006, já citada anteriormente, trata dos recursos de acessibilidade na programação dos veículos. Por ela, as estações transmissoras e retransmissoras de radiodifusão devem oferecer em sua programação os recursos de: legenda oculta, audiodescrição e dublagem. A janela de Libras seria obrigatória

apenas em determinados casos como: propaganda político-partidária e eleitoral, campanhas institucionais e informativos de utilidade pública.

Mas, no subitem 5.4, está previsto que, com o desenvolvimento e implementação da televisão digital, a janela com intérprete de Libras estaria disponível para o acionamento opcional, para aqueles que necessitassem deste recurso, de modo a possibilitar a veiculação durante toda a programação. Fato que ainda não ocorreu mesmo finalizada a implantação da televisão digital no Brasil.

Já a Lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 06 de julho de 2015, em seu Art.º 67, define que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem garantir os recursos de audiodescrição, subtítuloção por meio de legenda oculta (*Closed Caption*), e janela com intérprete de Libras.

Realizando o recorte do público-alvo desta pesquisa, pessoas surdas, os recursos de acessibilidade específicos a este grupo são: a legenda oculta e a janela com intérprete de Libras. Assim, a respeito das técnicas necessárias para sua aplicação, a norma NBR 15290 da ABNT define:

Legenda oculta (*Closed Caption*) – Legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico. Disponível somente em televisores que possuam decodificador. Concebida originalmente para surdos. Também pode ser exibida ao vivo ou gravada.

Janela com intérprete de LIBRAS – Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS.

É importante considerar também a definição para legenda oculta presente na Norma Complementar 01/2006, Portaria nº 310 de junho de 2006, que complementa o Decreto nº 5.296 de 2004: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. Tal definição aborda a necessidade de pensar em uma legenda para surdos e ensurdecidos com o acréscimo de informações adicionais como: “identificação do falante (“Patrícia”, “Malena” e “Vera”); de efeitos sonoros (“passos na escada”, “um grito de terror”). No que diz respeito aos efeitos sonoros, é preciso transformar os sons em palavras para que o surdo possa associar a trilha sonora (...)” (ARAÚJO; VIEIRA; MONTEIRO, 2013, p. 287).

Mas, as recentes pesquisas sobre o tema de acessibilidade em produções audiovisuais definiram um novo termo: “Tradução Audiovisual Acessível (TAVa)”, estudado no Brasil por Alves e Araujo (2017) com base no proposto por Jimenez Hurtado (2007) e Hurtado, Rodríguez e Seibel (2010), para assim englobar as diferentes práticas usadas para traduzir conteúdos caracterizados pela intersemiose entre o som e a imagem, assim como as implicações dessas informações para a tradução acessível e a acessibilidade universal aos meios de comunicação (ALVES; ARAÚJO, 2017, p.311).

A interface texto-imagem, a relação entre informação verbal e não verbal, assim como as implicações destes tipos de informação para a tradução acessível e a acessibilidade universal aos meios de comunicação formam parte da busca por novas metodologias de estudo da textualidade multimodal. (JIMENEZ HURTADO; RODRÍGUEZ; SEIBEL, 2010, p.19 apud ALVES; ARAUJO, 2017, p. 311).

Para as autoras, o estudo sobre “TAVa” permite pesquisar as modalidades para a melhora da acessibilidade aos meios audiovisuais de pessoas com deficiência sensorial (auditiva e visual), pensando na comunicação, acesso à informação e acessibilidade de maneira global e inclusiva. Estabelecendo assim as três modalidades de TAVa: audiodescrição; janela de interpretação de língua de sinais⁶; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)⁷, as quais devem ser aplicadas em conjunto em todos os produtos audiovisuais.

A respeito do *Closed Caption* (CC), ele exige da emissora de televisão apenas a utilização de softwares que realizam a transcrição e decodificação da voz. Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de realizar a produção com o formato de legenda para surdos e ensurdecidos, definido pelo Guia para produções audiovisuais acessíveis do Ministério da Cultura, escrito por Naves, Mauch, Alves e Araújo (2016):

⁶ “É o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação” (ALVES; ARAÚJO, 2017, p.310).

⁷ “É a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário” (ALVES; ARAÚJO, 2017, p.310).

É a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário. (NAVES; MAUCH; ALVES; ARAUJO, 2016, p. 10).

A opção mais utilizada nas produções audiovisuais é a legenda oculta, entretanto, ela não é suficiente pois não atinge 100% do público surdo e apresenta falhas. Por exemplo, há pessoas que nasceram ouvintes e desenvolveram a fala e a escrita, mas ao longo da vida acabaram perdendo a audição. E há pessoas que nasceram surdas e, por consequência do formato de ensino, aprenderam a língua portuguesa oral, escrita e apenas na vida adulta passam a ter o contato com a Libras. Nesses dois exemplos, a legenda auxiliaria na compreensão da informação oferecida pelos telejornais. Mas, há situações em que a janela com o intérprete de Libras seria a única forma de obter a informação, como a situação de pessoas surdas que logo na primeira infância tiveram o contato e aprenderam principalmente a língua de sinais.

Em concordância, Terceiro (2015) elenca em estudo exploratório os principais pontos de dificuldade acerca do sistema de legendagem dos conteúdos midiáticos difundidos pela televisão. Em especial os que dizem respeito à inclusão plena de surdos no telejornalismo brasileiro:

- 1) o primeiro idioma/língua dos surdos é a LIBRAS, não o português e, por isso, o contato e o entendimento do mesmo é muito mais intenso (...);
- 2) por vezes, principalmente quando a programação é ao vivo, as legendas falham, omitem conteúdo e não são fiéis ao que está sendo veiculado pela TV;
- 3) em alguns casos, as legendas passam muito rápido;
- 4) nem todos os canais se preocupam com a acessibilidade do surdo e transmitem os seus conteúdos televisivos por meio do CC;
- 5) e, por fim, nem todo surdo sabe ler, sendo assim, vale indagar, o surdo que não domina a língua portuguesa, não tem direito à comunicação e à informação? Por conta dessas questões limitadoras é que acreditamos que o princípio da redundância deve ser algo perseguido quando pensamos na acessibilidade da pessoa surda.

(TERCEIRO, 2015, p. 41).

O autor também parte do princípio da redundância: “liga-se com a necessidade de se edificar diferentes elementos na transmissão televisiva, para assim, facilitar o

acesso às informações veiculadas pela TV” (TERCEIRO, 2015, p. 41). Nesta situação, a legenda oculta coexistiria com a janela com intérprete de Libras, promovendo a inclusão e inserção social do surdo, já que de uma forma ou de outra teriam acesso às informações divulgadas pelos telejornais nacionais e locais.

Atualmente, a TV Cultura e a TV Brasil são exemplos de emissoras que se preocupam com diferentes práticas de acessibilidade para surdos, com a legendagem oculta e a janela de Libras em seus principais telejornais. Para isso, a seguir será apresentado um breve histórico da evolução da televisão no Brasil, até a chegada da tecnologia digital e o que ela possibilitou no desenvolvimento dos recursos de acessibilidade utilizados pelas emissoras citadas.

3 O TELEJORNALISMO NO BRASIL

O início do telejornalismo está entrelaçado à história da televisão brasileira a partir do pioneirismo de Assis Chateaubriand, dono do grupo Diário dos Associados – um conglomerado de mídias que englobava jornais, revistas e emissoras de rádio – que decidiu trazer a tecnologia dos Estados Unidos ao Brasil em 1949. A primeira transmissão televisiva foi ao ar em 18 de setembro de 1950, pela TV Tupi, canal 3, em São Paulo, tornando-se a primeira emissora de televisão da América do Sul, segundo Mattos (2010).

Esse momento da história ficou conhecido como a Fase Elistista, de 1950 a 1964 (MATTOS, 2010), e as principais características foram: a escassez de aparelhos televisivos nas casas dos brasileiros; a transposição de locutores, repórteres e atores do rádio para a televisão; e a influência do modelo estadunidense sobre o Brasil, com patrocínios em telejornais, por exemplo o Repórter Esso.

O telejornal foi adaptado pela TV Tupi do rádio para a televisão. As notícias do programa eram produzidas por agências internacionais, como a UPI e a CBS, e a TV Tupi possuía a responsabilidade de exibi-las. Em consequência, a quantidade de material internacional era superior ao nacional.

O programa tinha características particulares: um apresentador exclusivo e o patrocínio de uma única empresa. O “Repórter Esso” ia ao ar com informações produzidas e controladas por uma agência de publicidade, a quem competia fazer todo tipo de observação em relação ao programa. (MATTOS, 2010, p. 29).

Mesmo com a dependência na produção de notícias, o telejornal foi considerado um marco no telejornalismo brasileiro e teve seu modelo replicado em todas as emissoras de Assis Chateaubriand. Nessa década, a captação externa e a produção de conteúdos eram restritas às tecnologias do momento. Com o início dos anos 1960, o videoteipe (VT) tornou-se uma realidade e um grande impulso para as produções em televisão. O VT possibilitou a criação e implantação de uma estratégia de programação horizontal:

A veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana criou o hábito de assistir televisão rotineiramente, prendendo a atenção do telespectador e substituindo o tipo de programação em voga até então, de caráter vertical, com programas diferentes todos os dias. (MATTOS, 2010, p. 30)

Dentre as 10 emissoras existentes ao final da década, torna-se relevante destacar a TV Excelsior, “fundada em 1959 e cassada em 1970, é considerada como tendo sido a primeira emissora a ser administrada dentro dos padrões empresariais de hoje” (MATTOS 2010, p. 29). Ela foi responsável por levar ao ar o “Jornal de Vanguarda”, idealizado por Fernando Barbosa Lima, apontado como inovador por possuir a participação de jornalistas como: Vilas Boas Corrêa, Newton Carlos e Cid Moreira. O jornal foi aclamado e premiado na Espanha como um dos melhores telejornais do mundo. Porém, não foi capaz de sobreviver às sanções do golpe de 1964, quando foi retirado do ar.

Os anos de 1964 a 1975 foram marcados socialmente e culturalmente pela ditadura militar e censura. O posicionamento governamental foi reforçado com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, responsável por mudanças estruturais nas telecomunicações, redução da influência de organizações privadas e aumento da influência governamental no setor.

(...) o Estado exerceu papel decisivo no desenvolvimento e regulamentação dos meios de massa e em particular dos meios de transmissão, estabelecendo leis e agências reguladoras e adotando novas tecnologias no sistema nacional de telecomunicações. Foram instaladas as estações terrestres de satélites, ampliado o sistema telefônico e implantadas as linhas micro-ondas, possibilitando a transmissão de TV em todo o território nacional. (MATTOS, 2010, p.31).

Conforme Mattos (2010), durante esse período, o governo financiou os meios de comunicação de massa e favoreceu a concessão de licenças e subsídios para importação de materiais e equipamentos, contanto que o veículo fosse um apoiador das políticas governamentais. Tais concessões de licença também eram feitas por parte do governo aos grupos políticos aliados.

A TV Globo, inaugurada em 1965, utilizou-se desse investimento por parte do governo e de capital estrangeiro para se desenvolver e crescer. Construiu infraestrutura e modernizou o sistema para o surgimento e expansão das redes de televisão por microondas e transmissões via satélite, tornando a abrangência nacional uma realidade. Essa conjuntura abriu portas para o lançamento do “Jornal Nacional”, primeiro telejornal em cadeia, transmitido ao vivo, simultaneamente, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília (REZENDE, 2010). Em consequência, a emissora adquiriu uma larga audiência, ainda no final da

década de 1960. É “a fase em que a televisão abandona a improvisação dos anos cinquenta e adota os padrões de administração norte-americanos, tornando-se cada vez mais profissional” (MATTOS, 2010, p. 34).

O Jornal Nacional da Rede Globo foi o impulso para que outras emissoras também inovassem em seus telejornais. Pode-se destacar o “Rede Nacional de Notícias”, da TV Tupi, também transmitido em rede e utilizando a sala de redação como cenário; e o pioneiro telejornal “Hora da Notícia”, da TV Cultura. Focado na relação com o telespectador, sem obedecer a um padrão específico e sem grande preocupação com a forma, o jornal foi um sucesso: “As razões que do sucesso do programa, a prioridade ao depoimento popular, porém, desagradavam o governo”. (REZENDE, 2010, p.61).

Entretanto, as inovações de outras emissoras não ameaçavam a supremacia da Rede Globo (REZENDE, 2010). Como resultado, a emissora lançou em 1973 o “Fantástico – o Show da Vida”, uma combinação harmoniosa do jornalismo e do entretenimento, além de um planejamento primoroso repercutido em toda a programação, estabelecendo assim o padrão de qualidade Globo.

A popularidade do telejornalismo resultou na profissionalização do gênero. Em 1983, no horário nobre, a TV Manchete levou ao ar um telejornal com 2 horas de duração e tiveram início as primeiras atuações dos âncoras. Entre os anos de 1990 e 1997, esse cenário foi fortalecido e ganhou credibilidade, principalmente, pela implementação de comentaristas especializados, aumento das reportagens de rua, substituindo progressivamente o “jornalismo de estúdio”. Por fim, a consolidação do trabalho do jornalista como apresentador de notícias (REZENDE, 2010).

A ampliação da reportagem de rua foi possibilitada pelas inovações tecnológicas, entre elas, o surgimento e uso do videoteipe (VT). Ele que possibilitou a consolidação da reportagem como formato jornalístico. De acordo com Tourinho (2009), o desenvolvimento desse equipamento promoveu maior facilidade de gravação dos materiais e repetição das gravações. Assim, a atividade de repórter sofreu alterações e, inspirada nos formatos norte-americanos, tornou a presença do repórter na execução da matéria o padrão dominante no país.

A presença mais evidente dos repórteres no vídeo fez aumentar o nível de exigência com o texto jornalístico da televisão. A linguagem do telejornalismo é extremamente viva e um forte componente no processo de inovação deste gênero. (TOURINHO, 2009, p. 117).

Essa presença dos repórteres foi determinante, inclusive, na adoção de novos treinamentos, padrões e cuidados: “(...) com gestos, expressões, voz, roupa etc”. (TOURINHO, 2009, p. 116).

Segundo o autor, o formato da reportagem segue vivo, em modificação, e geralmente essas inovações e mudanças são ditadas pela Rede Globo e, posteriormente, seguidas pelas demais emissoras. Isso porque o padrão de qualidade estabelecido pela emissora leva em consideração a constante evolução da técnica, do formato e da linguagem audiovisual. Por meio dela, o telejornal foi agregando qualidade e agilidade técnica, dinâmica na narrativa, formatos variados e uma estética própria.

Ao longo de sua existência de mais de meio século, o telejornal brasileiro experimentou a herança do rádio, viveu a evolução dos equipamentos, criou a própria linguagem, ousou na forma, inovou na ousadia, criou padrões e desafiou os próprios paradigmas. Não obstante a decisiva contribuição de diferentes programas e emissoras – especialmente da TV Tupi e de seus pioneiros telejornais -, foi na TV Globo que o formato foi sendo consolidado. (TOURINHO, 2009, p.91).

E, entre as principais experiências e decisões da Rede Globo que contribuíram para esse padrão, estão as tomadas no Jornal Nacional. “Basta dizer que este foi o primeiro telejornal em rede nacional, o primeiro em cores e o primeiro a transmitir imagens internacionais do mesmo dia, graças ao uso da tecnologia dos satélites” (TOURINHO, 2009, p. 92).

Como resposta a esse padrão e à popularidade que a televisão ganhou, o telejornalismo brasileiro assumiu a função de “lugar de referência” na sociedade, segundo Vizeu e Correia (2008). Ele é decorrente da relação do telejornal com o dia a dia das pessoas, proporcionando familiaridade e tranquilidade aos espectadores.

De acordo com os autores, essa posição de construtor de parte da realidade brasileira é decorrente do complexo processo de produção da notícia, na qual os jornalistas refletem a realidade por meio de uma ótica determinada, dedicando-se a interpretar a realidade social e mediar o que está entre público e o mundo.

(...) cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma contribuem para a organização do mundo circundante. É o lugar em que grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade

prática da democracia. Todo esse processo se produz num amplo complexo de construção, desconstrução, significação e ressignificação de sentidos. (VIZEU; CORREIA, 2008, p.7).

Dentro disso, o enquadramento das notícias organiza a realidade cotidiana e busca conceder significados para essas relações: “a notícia não só define, redefine, constitui e reconstitui significados sociais, mas também define e redefine, constitui e reconstitui maneiras de fazer coisas: os processos existentes e as instituições”. (VIZEU; CORREIA, 2008, p. 14). Um lugar de referência na sociedade “para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo”. (VIZEU; CORREIA, 2008, p. 12)

Com o progresso das tecnologias e desenvolvimento da novas mídias, o “lugar de referência” do telejornalismo manteve-se. Permitindo, de acordo com Rezende (2010), o surgimento da televisão por assinatura e conseqüentemente o pioneirismo da Rede Globo com o primeiro canal exclusivo de notícias, a Globo News. O slogan utilizado era “a vida real em tempo real” em reforço à cobertura 24 horas e à fórmula do aprofundamento com a agilidade, além da promessa de suprir as limitações existentes na grade de programação em emissoras abertas. O autor destaca, entre os anos de 2002 a 2010, o jornalismo de excelência do “Jornal das Dez” da Globo News. E ainda o fortalecimento e crescimento das emissoras segmentadas no jornalismo, com destaque para a Band News, em 2001 na televisão por assinatura, e a Record Notícias, em meados de 2006/2007, na rede de televisão aberta.

Simultaneamente, começou-se o investimento na tecnologia da televisão digital e nas novas mídias, como a internet. Para Cannito (2010, p. 15), a tecnologia digital, “é a maior revolução que já ocorreu na história das mídias”. Assim, o digital é mais do que apenas uma mídia, ele é uma tecnologia e uma cultura, capaz de contaminar, influenciar todas as mídias. A internet é uma mídia que surgiu com a tecnologia digital, por vezes confundida com a tecnologia em si, porém, o digital é maior que a internet, ele promove transformações no cinema, rádio e televisão. “O digital tornará a televisão ainda mais televisão” (CANNITO, 2010, p.31). Uma previsão feita em 2010 que vem se perpetuando.

3.1 A ACESSIBILIDADE NOS TELEJORNAIS NACIONAIS

Essas novas mídias e tecnologias oferecem, segundo Tourinho (2009), instantaneidade, interatividade, abrangência e liberdade. Elas possuem o conceito de inovação em seu DNA, mostrando novidades todos os dias, renovando-se permanentemente, sem fronteiras. Para Cannito (2010), a tecnologia digital é convertibilidade, capacidade de transformar qualquer informação em um código de “zeros” e “uns”, que pode ser decodificado por qualquer aparelho ou mídia. “(...) vasto conjunto de técnicas de captação, finalização, distribuição, recepção e reprodução de imagens e sons em diversos suportes”. (CANNITO, 2010, p.73).

É por meio desse vasto conjunto que a transmissão, sem ruídos e sem perder a qualidade da imagem e áudio, tornou-se uma realidade e possibilitou a criação de métodos e técnicas para o desenvolvimento da acessibilidade na televisão digital, com os serviços de legenda oculta, inserção da janela de Libras e a audiodescrição.

Corroborando com a discussão a respeito desses conceitos e possibilidades provenientes do avanço tecnológico, Machado (2012) afirma que os principais avanços da televisão digital são: a imagem em alta definição, melhoria da qualidade do áudio, alto grau de interatividade, mobilidade e portabilidade.

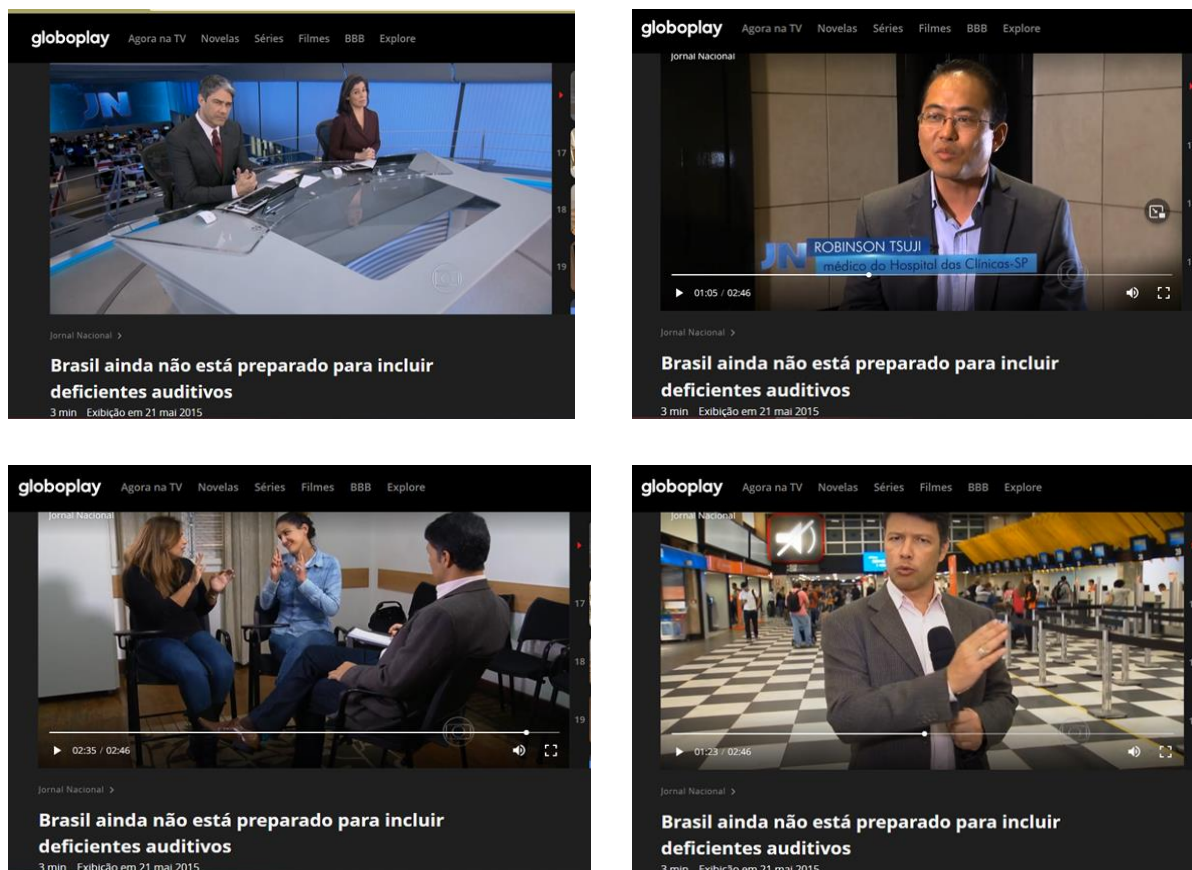
Ao otimizar a transmissão de vídeo, áudio e dados, a televisão digital amplia os métodos para a utilização de serviços de audiodescrição, legenda oculta e janela de intérprete de língua de sinais na programação televisiva. (...) A televisão digital precisa atender às necessidades do público atual e das futuras gerações. (MACHADO, 2012, p. 510).

Porém, mesmo com os avanços tecnológicos e obrigações presentes nas diversas Leis, como as Leis nº 13.146 e 10.436, bem como as normas estabelecidas, entre elas, a NBR 15290 da ABNT, a inclusão e acessibilidade para pessoas surdas ainda é uma realidade distante.

Por exemplo, o telejornal “Jornal Nacional” (JN) da Rede Globo, notório por sua inovação ao longo dos anos e do padrão imposto ao gênero, transmite diariamente o seu compilado de notícias sem a inserção da janela de Libras. No exemplo abaixo, uma edição de maio de 2015, o tema é justamente sobre a inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Os personagens da reportagem eram pessoas surdas, apresentando suas dificuldades. E ela foi ao ar sem recursos de acessibilidade. Ou

seja, nem mesmo as pessoas entrevistadas puderam acompanhar a reportagem sem uma mediação.

Figura 1 – Prints da Reportagem sobre Deficientes Auditivos no JN⁸



Fonte: GloboPlay, 2015.

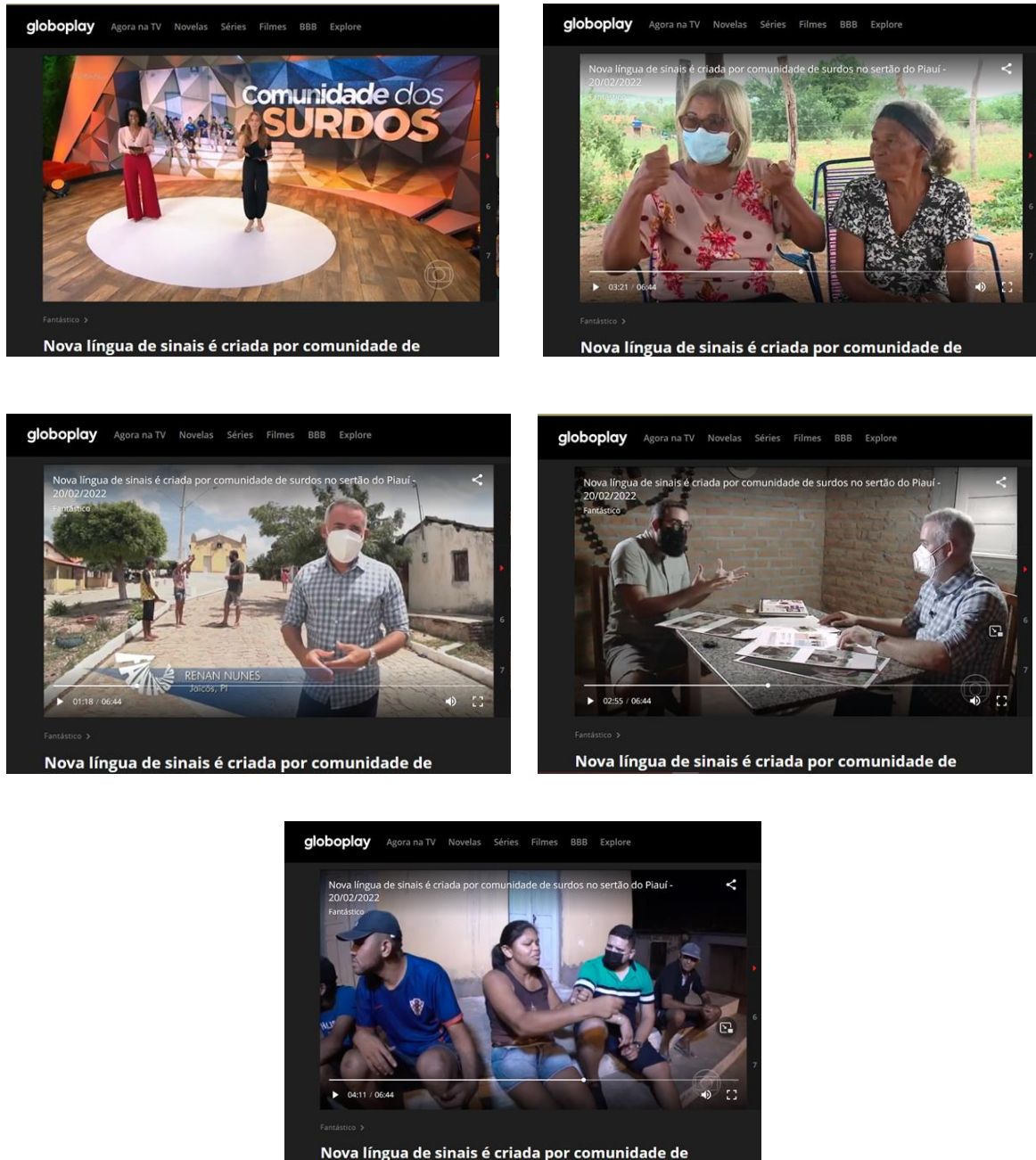
A situação apresentada se estende até os dias atuais. Outro exemplo na mesma emissora é um programa também considerado inovador ao longo da história da televisão brasileira – Fantástico: O Show da Vida – que, todos os domingos, exhibe edições com aproximadamente 3 horas de duração. Igualmente ao Jornal Nacional, não possui acessibilidade por meio da janela de Libras.

Para ilustrar, uma produção recente de 20 de fevereiro de 2022. A revista eletrônica exibiu uma grande reportagem sobre uma nova língua de sinais criada por uma comunidade de surdos no sertão do Piauí. Ao exibi-la, não ofereceu o recurso da janela de Libras. Ou seja, mesmo tratando do tema da língua de sinais, o conteúdo não oferecia acessibilidade completa à comunidade surda. Quem não consegue

⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4198637/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

acompanhar, por exemplo, as legendas geradas de forma automática manteve-se alheio à informação veiculada.

Figura 2 – Prints Reportagem sobre Comunidade de Surdos no Fantástico⁹



Fonte: GloboPlay, 2022.

⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10320183/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

A questão da acessibilidade também deve ser considerada diante de um aumento na expectativa de vida da população brasileira. Machado (2012) reforça a necessidade do investimento em recursos de acessibilidade para possibilitar a total compreensão por parte de todos os espectadores, o que a autora classifica como “caráter sustentável da acessibilidade comunicacional”. Recursos esses que são opcionais, não prejudicam o fluxo principal da transmissão, garantem o acesso à informação pela maior gama de pessoas, incluindo os surdos, e faz com que o telejornalismo cumpra sua função social, de lugar de referência para a população brasileira, também prevista no Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, ao definir o serviço de radiodifusão com a finalidade educativa, cultural, informativa e recreativa, sendo considerado de interesse nacional e, previsto no já citado Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Desse modo, bastaria a inserção de tais recursos de acessibilidade comunicacional para que espectadores com deficiência ou com dificuldades para receber informações televisivas pudessem usufruir do hábito de assistir a televisão de modo mais adequado às suas necessidades. (MACHADO, 2012, p. 511).

Nesse sentido, devem ser destacadas algumas emissoras pioneiras que já estão aplicando tais recursos de acessibilidade: a TV Brasil e a TV Cultura. A TV Brasil foi a primeira emissora aberta a transmitir um jornal inteiramente em Libras, o “Repórter Visual”, que estreou em 1988 e tem como público-alvo a comunidade surda. Ele aborda temas de inclusão e acessibilidade, além das notícias sobre Brasil e mundo.

Figura 3 – Prints da transmissão do Repórter Visual



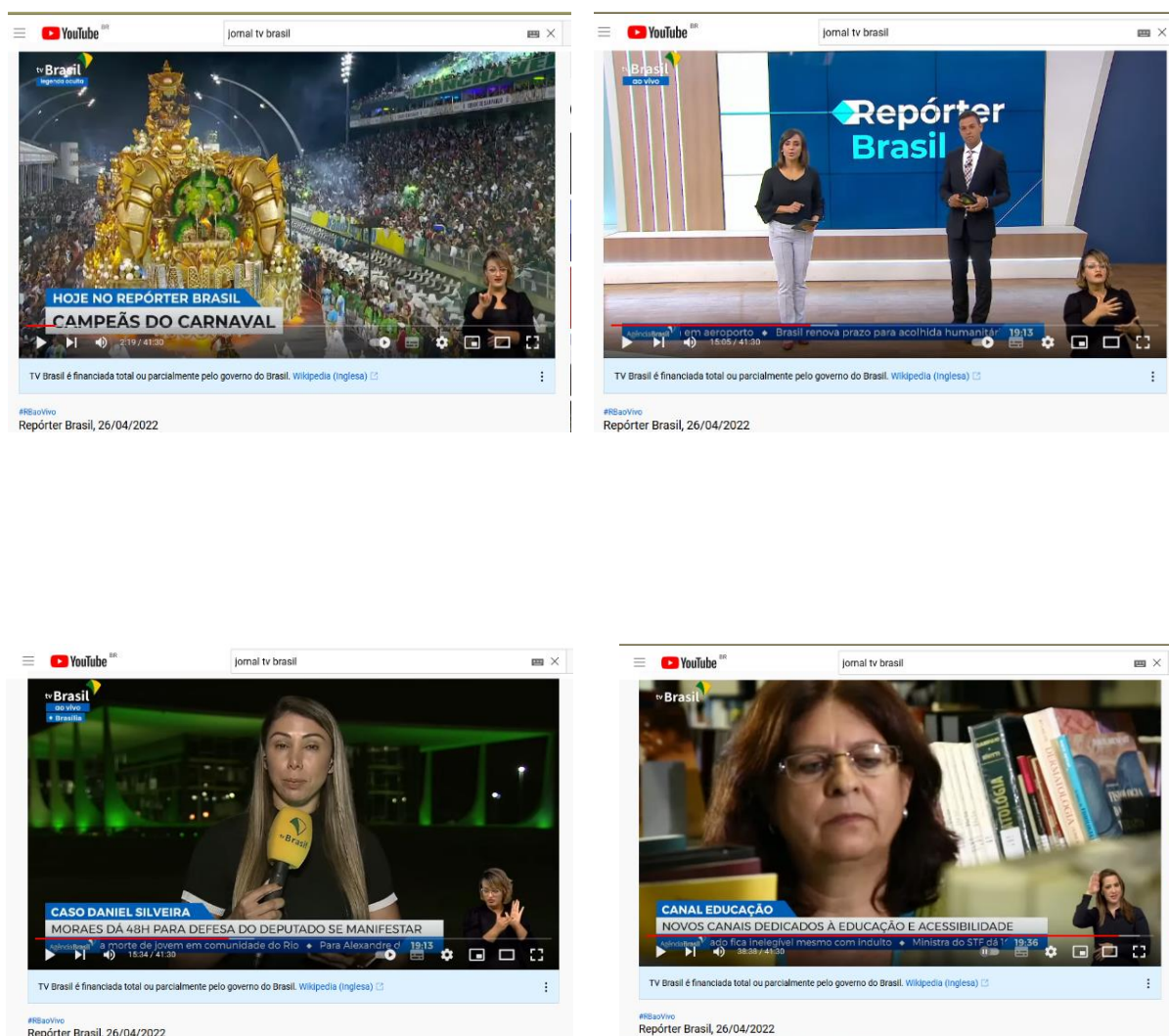
Fonte: canal no YouTube da TV Brasil, 2019.

Após essa experiência, a emissora expandiu a inserção da janela de Libras para os demais telejornais. Atualmente, dos 14 telejornais indicados no site da emissora¹⁰, 12 possuem a transmissão simultânea com a janela de Libras. O “Repórter

10 Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/programas> Acesso em: 30 abr 2022

Brasil” é um exemplo desses telejornais. Ele possui abrangência nacional e transmissão ao vivo em sinal aberto e pelo canal no YouTube.

Figura 4 – Prints da transmissão do Repórter Brasil



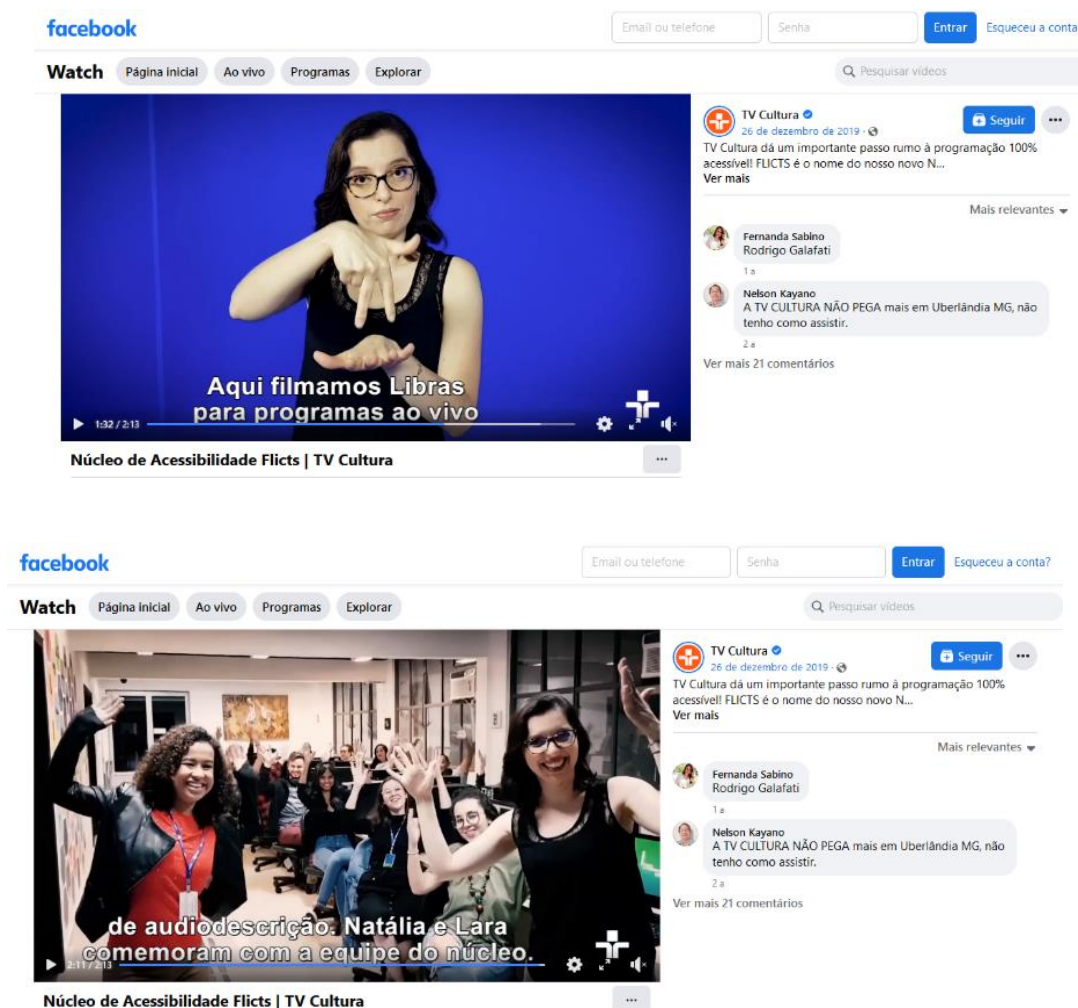
Fonte: canal no YouTube da TV Brasil, 2022.

Outra emissora exemplo no cumprimento da legislação de acessibilidade é a TV Cultura, que inaugurou, em dezembro de 2019, o Núcleo de Acessibilidade “FLICTS”. Ele é formado por três estúdios para gravação de Libras, duas cabines de locução para audiodescrição e *Closed Caption*. O projeto, além de atender as

demandas da emissora, também está oferecendo serviços de acessibilidade para outras emissoras, entre elas TVs Legislativas, a Univesp, produtoras e empresas¹¹.

Quando inaugurou, o espaço era composto por 51 integrantes e segue atuando com uma nova metodologia pioneira no Brasil, na qual intérpretes ouvintes e surdos trabalham em conjunto para a produção dos recursos de acessibilidade dos programas. No caso de programas gravados, os profissionais surdos realizam a interpretação de todos os elementos dos discursos produzidos, por meio do roteiro da atração e da tradução bruta realizada por profissionais ouvintes (do português para a Libras).

Figura 5 – Prints do vídeo sobre o Núcleo de Acessibilidade - TV Cultura



11 Vídeo Institucional disponível em: <https://pt-br.facebook.com/tvcultura/videos/n%C3%BAcleo-de-acessibilidade-flicts-tv-cultura/460670861314383/> Acesso em: 30 abr. 2022.

Notícia sobre o Núcleo de Acessibilidade disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/966_tv-cultura-inaugura-nucleo-de-acessibilidade-com-homenagem-a-ziraldo.html Acesso em: 30 abr. 2022



Fonte: Página da TV Cultura no Facebook, 2019.

O “Jornal da Cultura” e o “Roda Viva” são os dois principais programas jornalísticos em horário nobre da emissora. Em 2018, passaram a transmitir esporadicamente a janela de Libras. Em 2019, adotaram a prática em todos os programas exibidos e, no final deste mesmo ano, com a criação do Núcleo de Acessibilidade, a emissora aumentou a quantidade de programas contendo esse recurso de acessibilidade. Atualmente, dentre os dois telejornais (Jornal da Cultura e Jornal da Tarde) e os três principais programas jornalísticos (Opinião, Linhas Cruzadas e Roda Viva), apenas o Linhas Cruzadas não possui a inserção da janela de Libras. Abaixo, estão os exemplos do “Jornal da Cultura”, telejornal noturno com 1 hora de duração e exibição nacional em sinal aberto e no canal no Youtube.

Figura 6 – Prints do Jornal da Cultura





Fonte: Canal da TV Cultura no Youtube, 2022.

Em ambas as emissoras citadas, TV Brasil e TV Cultura, a quantidade de programas com a janela de Libras não abrange toda a programação. Mas, elas podem ser consideradas exemplos de como utilizar a tecnologia da televisão digital para a promoção da inclusão, garantia de acesso à informação para todos e cumprimento da função social do telejornalismo – além do cumprimento da legislação de acessibilidade na comunicação. São, sem dúvida, pioneiras e referência para as emissoras comerciais.

3.2 TELEJORNALISMO LOCAL

Coutinho e Emerim (2019) lembram que as emissoras brasileiras surgiram localmente e organizaram-se ao longo das últimas 7 décadas em redes de televisão com cabeças de rede – estações geradoras – e afiliadas, que possuem um espaço diário a ser preenchido, com prevalência dos conteúdos jornalísticos. Mas, vem também de Coutinho (2008) a reflexão de que

(...), se por um lado a (re)união do país em rede nacional de TV atendia aos interesses do governo militar e também do ainda incipiente mercado publicitário, por outro esse modelo de teledifusão reduziu os sotaques e sabores regionais então presentes nas emissoras de televisão espalhadas pelo país. Organizadas em redes nacionais, as emissoras brasileiras desde então se reúnem por meio de contratos de afiliação. (COUTINHO, 2008, p.92).

Assim, segundo a autora, criava-se na população brasileira a narrativa de nação a partir das exibições diárias dos telejornais e novelas. “Na telinha, os brasileiros, além de celebrar as memórias do passado, de perpetuar sua herança (cultural), também reforçariam seu ‘*desejo de viver em conjunto*’, ainda que via laço social feito à distância”. (COUTINHO, 2008, p. 94, grifo da autora).

Nessa mesma perspectiva, a autora analisa os estudos do sociólogo Zygmunt Bauman a respeito da construção da identidade de uma nação. E, ainda sobre o conceito de pertencimento e modernidade líquida, os quais, nesse caso, poderiam acarretar em uma crise de pertencimento. Ou seja, em um mundo globalizado onde perde-se as fronteiras e as âncoras sociais, gera-se uma busca por um lugar no mundo. É desse cenário que emergem as reflexões da autora sobre o telejornalismo local. Um questionamento a respeito da função das emissoras afiliadas, da necessidade da população em se ver representada na tela.

Juntamente com Emerim, afirma que

(...) torna-se importante refletir sobre o que seriam emissoras de televisão e telejornalismo locais, o que os caracterizaria. A flexão plural do termo local, aqui motivada pela norma culta, também pode ser lida como tentativa de resposta à uma demanda da sociedade, expressa em campanhas como a #QueroMeVerNaTV, realizada em 2013, para estimular o conteúdo regional na televisão. (COUTINHO; EMERIM, 2019, p.31).

O telejornalismo local, além de tornar-se um elo potencial entre a emissora com as afiliadas, representando cada estado ou município no cenário nacional, também passa a buscar a criação de vínculos identitários e pertencimento por parte da população: “pode ser conceituado como o espaço para a prática e a experiência televisiva do que é próximo, para a vivência da cidade e da região na tela de TV”. (COUTINHO; EMERIM, 2019, p. 34).

A programação telejornalística de caráter local reforça as relações de identidade cultural, social, de pertencimento e fundamenta esses vínculos e identidades sociais em três dimensões: “1) a complementaridade e a troca; 2) o sentimento de pertença à humanidade; 3) o compartilhamento de uma mesma cotidianidade a partir do fato da vivência comum” (COUTINHO, 2008, p.99).

O uso de repórteres é considerado parte essencial na construção desta identidade, pois podem ser reconhecidos pelos cidadãos de determinada localidade e assim reafirmar a legitimidade do telejornalismo como lugar de referência e de redução das incertezas. A posição de lugar de referência que o jornalismo ocupa representa “a realidade, o mundo da vida, o cotidiano de fatos, acontecimentos, de homens, de mulheres, de alegrias, de tristezas, de afetos, de tensões, de conflitos e de paz” (VIZEU; CORREIA, 2008, p.16). Os autores seguem na reflexão a respeito das práticas diárias de produção da notícia e o trabalho essencial dos repórteres.

No contexto teórico de elaboração da informação, o repórter e o redator assumem o papel de sujeitos cogniscentes da relação sujeito-objeto que se dá no contexto concreto para, voltando a este, melhor atuar como sujeitos em relação ao objeto. Consideramos que essa relação teoria/prática faz parte do método de apuração, de edição e de apresentação de uma notícia. O método jornalístico tem que ser trabalhado com rigor. (VIZEU; CORREIA, 2008, p.16).

Complementando essa ideia, para Coutinho (2019), a produção local é o lugar prioritário para o encontro, para a criação de uma relação de pertencimento entre o público e a emissora. A autora ainda destaca que o local é um espaço para a construção da própria identidade da região ou localidade, quando considerado a credibilidade do telejornal.

É o que Vizeu e Cerqueira (2019) chamam de fio sensível para o desenvolvimento dos fatos no telejornalismo de caráter local: a proximidade com o cidadão e seus problemas da vida real, criando, assim, um primeiro vínculo social e a busca por orientação na construção das realidades.

Os pesquisadores ainda discorrem a respeito do lugar assumido pelo jornalismo local de cumprir a função de: sistematizar, classificar, organizar e hierarquizar a realidade de forma delimitada. Tornar-se agente principal para atingir as autoridades inertes e omissas em busca dos direitos e necessidades da população, além de dar legitimidade e repercussão às ações culturais, artísticas e educativas. É o que também ressalta Coutinho (2008) ao afirmar que

Além dos encontros entre emissora e população local, que ocorrem em edições de telejornais (...) há outras estratégias utilizadas para a constituição da relação de proximidade entre TV e comunidade. É o caso das campanhas e apoios da emissora, especialmente a eventos de caráter esportivo, e que são sempre notícia nos telejornais locais, em um discurso auto-referencial que não é prerrogativa das afiliadas, mas recurso comumente usado mesmo pelas redes nacionais de TV. (COUTINHO, 2008, p.99).

Os noticiários, portanto, representam para as pessoas o sentimento de que o mundo é real e que cada indivíduo é parte integrante deste mundo. Oliveira (2019) complementa a ideia com a expressão '*senso de pertencimento*', ou seja, é "compreender como os telejornais locais e regionais, em conjunto com os indivíduos, contribuem na emergência de um "senso de lugar" – o reconhecimento do local onde vivemos como sendo parte de algo maior" (OLIVEIRA, 2019, p.72).

Por Vizeu e Cerqueira (2019), toda essa referencialidade e legitimação do telejornalismo são construídas e concebidas pelos saberes do método jornalístico: de construção da realidade, pela temporalidade e por dispositivos para tornar os fatos, discursos, decisões governamentais no âmbito nacional e local, compreensíveis a qualquer cidadão: "não há referência no telejornalismo sem compreensão, entendimento, confiança em princípios de apuração, seleção e nomeação dos acontecimentos". (VIZEU; CERQUEIRA, 2019, p.47).

Considerando que não existe o lugar de referência no jornalismo em âmbito local sem que exista a compreensão por parte de todos os cidadãos dos princípios apresentados, o próximo capítulo destina-se a discutir a acessibilidade dos telejornais bauruenses e o impacto para a comunidade surda.

4 O TELEJORNALISMO BAURUENSE E A ACESSIBILIDADE

Quando se fala em jornalismo local no interior do Estado de São Paulo, uma das emissoras referência é a TV Tem – da Rede Globo – inaugurada em 2003. Mas, o telejornalismo local no cenário bauruense tem uma história ainda mais antiga.

Ela remonta à criação, em 1896, do primeiro jornal impresso, “O Bauru”. Na sequência, o bauruense João Simonetti também inaugurou, em 1934, a primeira rádio de Bauru, a PRG-8, que posteriormente se desenvolveu para a atual 94 FM. Todo esse cenário inovador, juntamente com a importância da Ferrovia para a região, fez com que ele inaugurasse em 1º de agosto de 1960 a TV Bauru – Canal 2, primeira emissora da cidade, da região e “[...] a primeira emissora interiorana da América Latina”. (ABC, 2001, p.21 apud GONÇALVES, 2020, p. 33).

Ainda segundo Gonçalves (2020), a TV Bauru enfrentou dificuldades para se manter, o que acarretou a venda para as Organizações Globo, alterando o nome, visual, editorias entre outros para “Rede Globo Oeste Paulista”. Este foi o início do processo de criação das afiliadas para promover o jornalismo local.

A ideia então foi em investir no processo de regionalização, que possibilitava alcançar a maior parte do território brasileiro e que também via-se como forma de estreitar as relações com as comunidades regionais. (...) Esta aproximação com o público nada mais era do que a iniciativa de criar uma integração no país, através de vários pontos que se conectariam formando uma única rede. Sendo encabeçados pela Rede Globo, as empresas locais de TV ganharam uma nova função, transformando-se em afiliadas. (...) Sendo assim, uma afiliada teria direito a transmitir todo o material produzido pela rede nacional (Globo no caso) e ainda teria um determinado espaço na programação para inserção de conteúdos regionais. (...) Foram compradas várias afiliadas pela Rede Globo, sendo que via-se no interior paulista uma ótima opção para o investimento, mais precisamente em Bauru, que na época era considerada uma referência comercial e com um sistema ferroviário vasto. (GONÇALVES, 2020, p.31).

Posteriormente, a emissora passou por mudanças e ganhou o nome de “TV Modelo”, marcando o início da expansão do modelo de afiliadas. A rede ainda passaria por mais uma mudança, em 2003, idealizada por J. Hawilla, quando transformou-se em “TV Tem” e ganhou mais 3 praças nas cidade de Sorocaba, São José do Rio Preto e Itapetininga. (GONGALVES, 2020).

Pode-se afirmar que, com a expansão das afiliadas, a televisão retorna à sua origem, bem como ao jornalismo local.

A televisão surge enquanto veículo marcada pelas transmissões locais e ao vivo. Isso acontece em função dos limites técnicos do alcance do sinal e da capacidade de armazenamento (gravação) de conteúdos. Foi assim também nos primeiros anos da televisão brasileira. (TEMER, 2019, p.77).

Quando se desenvolve tecnologicamente, a televisão brasileira assume a característica em rede. E, com as afiliadas, esse localismo é retomado.

Além da TV Tem, na categoria de emissora comercial, em Bauru existe apenas a Record TV Paulista, afiliada desde 1999 da Record TV. A SBT Central – que também operou na cidade – foi transferida para o município de Jaú. A cidade ainda conta com a emissora educativa TV Prevê, a emissora pública da Universidade Estadual Paulista - TV Unesp, e a emissora legislativa TV Câmara de Bauru.

Com base na relevância do jornalismo local e de sua função social discutidas no capítulo anterior, foram escolhidas as emissoras com telejornais diários ou semanais em sua grade de programação para uma pesquisa descritiva com o objetivo de verificar a oferta dos recursos de acessibilidade. São elas: TV Tem, Record TV Paulista, TV Câmara e TV Prevê¹². Como apresentado no capítulo introdutório, as informações foram coletadas no período de 18 de abril a 02 de maio de 2022, a partir das transmissões dos telejornais em sinal aberto e também publicações em sites, redes sociais e plataformas de streaming.

A TV Tem Bauru possui 3 telejornais exibidos diariamente com produção local. São eles, respectivamente em ordem de exibição: Bom dia cidade, com 30 minutos de duração, das 08h às 08h30; Tem Notícias primeira edição, com uma hora de duração, das 12h às 13h; e Tem Notícias segunda edição, com duração de 30 minutos, das 19h10 às 19h40 – segundo as informações do site oficial da emissora¹³. Abaixo, estão os registros dos programas.

12 Neste momento da análise, o telejornal semanal da TV Unesp está suspenso por decisão editorial da emissora. Com previsão de retorno à grade de programação indefinida.

13 Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/sp/tvtem/bauru/programacao/#202205319>. Acesso em: 01 maio 2022.

Figura 7 – Prints telejornais TV Tem Bauru





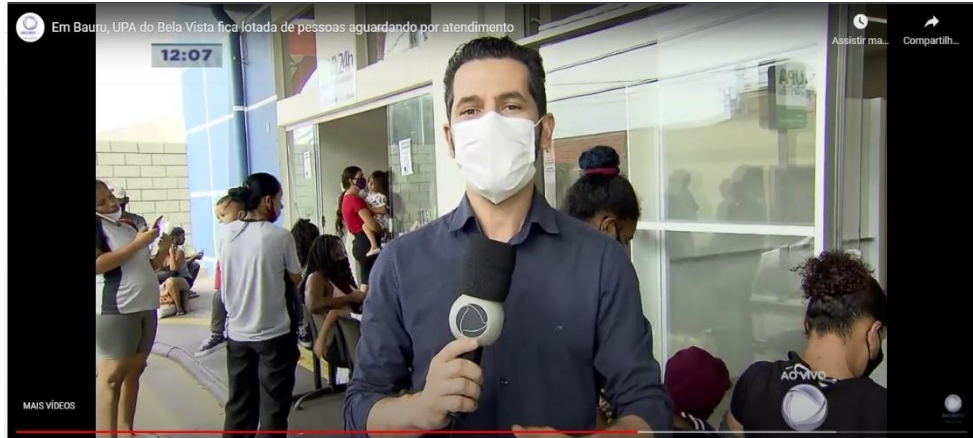
Fonte: GloboPlay, 2022.

Assim como nos telejornais da cabeça de rede, observa-se que não há inserção da janela de Libras em nenhum telejornal da TV Tem. O único recurso de acessibilidade disponível é o gerador automático de caracteres.

A situação repete-se nos telejornais da emissora Record TV Paulista que, assim como sua cabeça de rede, não apresenta a janela de Libras em nenhum de seus programas jornalísticos. A acessibilidade também se restringe à legenda automática. Apresenta-se abaixo exemplos dos telejornais: Balanço Geral SP Interior, com 2 horas e 10 minutos de duração, exibido de segunda à sexta-feira, das 11h50 às 14h; e o Balanço Geral Especial, exibido todos os sábados com início às 13h. A afiliada também possui o programa de entrevista “Visita na Record”, com 30 minutos de duração, que vai ao ar todos os domingos das 8h30 às 9h.

Figura 8 – Prints telejornais e programa de entrevista Record TV Paulista







Fonte: canal no YouTube da Record TV Paulista, 2022.

A falta de acessibilidade completa repete-se na TV Prevê, emissora educativa, e na TV Câmara de Bauru, emissora legislativa. A TV prevê possui o telejornal “Diário do Brasil”, exibido de segunda à sexta-feira em 4 horários: 12h, 19h05, 21h e 23h; e o programa de entrevistas “Enfoque Regional”, exibido de segunda à sexta-feira também em 4 horários: 12h30, 19h35, 21h30 e 23h30. A TV Prevê também retransmite o sinal da TV Brasil, único momento que apresenta a inserção da janela de Libras.

Figura 9 – Prints de reportagens do Diário do Brasil - TV Prevê





Fonte: perfil no Facebook da TV Prevê, 2022.

Já a TV Câmara de Bauru possui entre seus programas jornalísticos: programas de entrevistas integrados com a Rádio Câmara, como o “Espaço Aberto”, o “Fala Câmara Entrevista” e Boletins Informativos ao longo da programação.

Figura 10 – Prints do Espaço Aberto da TV Câmara





Fonte: canal no YouTube da TV Câmara Bauru, 2022.

Diante dessa situação, em que não há acessibilidade pela inserção da janela de Libras e o *Closed Caption* presente em todas as emissoras não inclui a especificidade da legendagem para surdos e ensurdecidos, pode afirmar-se que não há o cumprimento do direito de acesso de todos à informação e comunicação.

Essa, inclusive, foi a dificuldade relatada por uma das entrevistadas deste estudo, Aline Monique Jacomo Nagatomo¹⁴, que tem deficiência auditiva severa. Quando questionada sobre a sua relação com o telejornalismo bauruense, durante a entrevista em profundidade, ela afirmou:

Eu acho muito bacana, porque imagino que são vários conteúdos diversos, e eu gosto muito de prestar atenção para entender o contexto e as vezes quando eu não entendo eu peço ajuda para minha filha nas palavras para que eu possa entender e compreender melhor. (JACOMO NAGATOMO, 2022, informação verbal).

Durante a entrevista em profundidade realizada com Julio César Couto Nagatomo¹⁵, que também possui deficiência auditiva severa, ele relatou sua dificuldade de compreensão e acesso à informação com os telejornais da cidade que oferecem apenas a função do *Closed Caption*, sem trabalhar com a legenda específica para surdos e ensurdecidos.

Na minha casa nós temos o costume de visualizar o jornal, mas a dificuldade é terrível, apenas observado os locais, estados e o que está acontecendo. Mas não entendemos nada da fala, simplesmente as expressões e os movimentos que estão acontecendo dentro das cenas. Por exemplo, quando um banco é assaltado ou as empresas que estão falindo, as guerras, em tudo isso, entendemos apenas as expressões porque a fala a gente realmente não entende nada. Ai quando indicam os lugares conseguimos contextualizar. (NAGATOMO, 2021, informação verbal).

O ato de apenas “visualizar o jornal”, citado por Nagatomo (2021) foi exposto pela pesquisadora Suely Maciel¹⁶, durante a entrevista em profundidade para a pesquisa. Na ocasião, a professora explicou que, sem a acessibilidade adequada, a

14 Entrevista concedida por JACOMO NAGATOMO, Aline Monique Jacomo Nagatomo. Entrevista V. [out. 2021]. Entrevistadora: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice J desta monografia.

15 Entrevista concedida por NAGATOMO, Julio César Couto. Entrevista IV. [out. 2021]. Entrevistadora: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (34 min. 30 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta monografia.

16 Entrevista concedida por MACIEL, Suely. Entrevista II. [out. 2021]. Entrevistador: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (57 min. 50 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta monografia.

pessoa com deficiência é colocada em um lugar de adivinhação, sem a recepção completa desse conteúdo, “(...) assistir televisão implica ouvir e ver o componente áudio e o componente imagético. Se elas não estão vendo ou não estão recepcionando o conteúdo imagético, elas só estão ouvindo televisão. Elas não estão assistindo televisão, e vice-versa”. (MACIEL, 2021, informação verbal).

A professora ainda complementou que a acessibilidade ideal, quando se pensa no conceito de desenho universal, com o qual ela trabalha, é “(...) garantir meios, instrumentos, metodologias, procedimentos, atitudes que permitam a qualquer pessoa acessar qualquer conteúdo e em qualquer formato. Independentemente dos impedimentos, das necessidades que a pessoa venha a ter”. (MACIEL, 2021, informação verbal). O ideal seria que cada componente que depende da capacidade sensorial de cada pessoa tivesse o seu correspondente, a sua alternativa.

(...) se um conteúdo é audiovisual, ele tem que dar o equivalente para o áudio e para o visual. Então, o equivalente do áudio, aquilo que sai no formato de som, tem que aparecer no mínimo de maneira escrita, que é a nossa legenda. E, de preferência, legenda para surdos e ensurdecidos, ou seja, não é só a transcrição da palavra, mas também de todos os sons que significam naquele conteúdo. Então, se tem ruído, se tem efeito sonoro, se tem música de fundo, tudo isso é informação que entrou no conteúdo. Então, isso tem que chegar na forma de palavra para que a pessoa possa visualizar. Uma outra forma que também deveria ter, pois não é todo mundo que é alfabetizado na língua portuguesa, tem gente que é alfabetizada na língua brasileira de sinais, então para essas pessoas a legenda em palavras não resolve em nada o problema delas de acessar a informação, então o conteúdo deveria ter também a sua tradução em Língua Brasileira de Sinais. Apareceria o que a gente chama de janela de Libras, o conteúdo sonoro verbal deveria aparecer em Língua Brasileira de Sinais, tudo isso em respeito ao audiovisual. (MACIEL, 2021, informação verbal).

A lógica da acessibilidade no telejornalismo citada por Maciel (2021) também deve ser expandida aos demais produtos veiculados na televisão, reforçando a necessidade de acessibilidade para a inclusão de todas as pessoas em qualquer situação de vida.

Quanto ao público-alvo deste trabalho, a dificuldade apresentada por Maciel (2021), de que nem todo surdo conseguirá acompanhar a legenda e nem todo surdo saberá Libras, é corroborada por Rodrigues (2021). A pesquisadora afirma que

(...) o caso da legenda, ela atinge uma parte dos surdos, ela pode funcionar para os deficientes auditivos, por exemplo, que geralmente são pessoas que aprendem o português porque eles passam por outro processo de alfabetização. Mas a legenda pode ajudar nesse caso. Agora, para os surdos

que não têm contato com o português, a legenda não funciona. Então aí seria mesmo necessário a janela de Libras. (RODRIGUES, 2021, informação verbal).

Pontuada a questão a respeito de nem todos os surdos saberem Libras ou serem alfabetizados, e por isso ser necessária a integração de recursos de acessibilidade, cabe levantar o questionamento sobre o ensino de Libras no Brasil. O pedagogo e intérprete Gilcemar de Souza Werneck¹⁷ explicou durante a execução da entrevista em profundidade quais as dificuldades do ensino no Brasil. O intérprete afirma que, além da falta de estrutura adequada, há outros desafios.

(...) a gente fala que a língua mãe é de todos, o Português é a língua mãe. E aí a Libras ela vem para agregar de uma certa forma para que a pessoa surda ela se desenvolva muito mais e alfabetização a gente fala esse processo, a gente tem fazer o que primeiro: ensinar a língua mãe para a criança e para depois trazer a Língua de Sinais. É um desafio gigante. Imagina uma criança que nunca ouviu ter que aprender a parte de linguística. E ela não escuta o som, mas ela vai ter que fazer a junção de muita coisa através de adaptações necessárias para que ela consiga ser alfabetizada pela língua de sinais. Hoje a gente considera no Brasil que a primeira língua do surdo é Libras e a segunda é o Português. (WERNECK, 2021, informação verbal).

Ainda sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais para o surdo, Werneck (2021) completa que ela é essencial como base do ensino e possibilita que o surdo desenvolva uma comunicação e seja incluído, respeitando suas limitações.

Como a lei garante que todo cidadão tem o direito de ir e vir, da aprendizagem, da saúde, todos aqueles aspectos que a gente já aprendeu na faculdade, então a Libras é um meio de comunicação dele com o mundo em tudo que ele vive, em tudo que ele sente que é igual, mesmo tendo a sua deficiência. A Libras chega para mostrar que a comunicação vai fazer com que ele interaja no mundo ouvinte, no próprio mundo surdo igual a gente já presenciou alguns surdos até falando sobre isso, de aceitação ou não aceitação. Então, a Libras ela é muito importante para tornar a pessoa um ser humano muito mais capaz de mostrar suas potencialidades. (WERNECK, 2021, informação verbal).

O fato de a Libras ser a primeira língua dos surdos e não a língua mãe também foi debatido por Rodrigues (2021). A pesquisadora afirma que a Libras ou a língua gestual é a forma natural dos surdos se comunicarem. Se eles não aprenderem a Língua Brasileira de Sinais ainda assim utilizarão uma língua gestual para se

17 Entrevista concedida por WERNECK, Gilcemar de Souza. Entrevista III. [out. 2021]. Entrevistador: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (22 min. 20 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta monografia.

expressar, o que ela define como Língua de Sinais Emergentes. A professora ainda ressalta a importância da Libras para a comunicação do surdo pois “a língua de sinais é a única que o surdo aprende naturalmente. A importância é garantir a comunicação, a sociabilização, acesso à informação, educação da comunidade surda” (RODRIGUES, 2021, informação verbal).

Nagatomo (2021) também faz uma análise quanto ao uso da Libras e do *Closed Caption* durante as exibições de telejornais e demais produtos televisivos. Em sua análise ele traz um contraponto a partir da convivência na comunidade surda.

(...) tem surdo que adora ver o intérprete e tem surdo que reclama do intérprete, que dificulta o entendimento. Tem surdo que prefere apenas visualizar a imagem e as expressões. Por mais que seja muito importante essa parte para a comunicação dos surdos, isso é escolha. Eu quero dizer é que tem surdo que, infelizmente, rejeita algumas situações, mas é muito importante a comunicação da Libras e do Português para o entendimento do fato como um todo. Como hoje cada um escolhe o que quer, dentro da deficiência às vezes há preconceitos. (...) Tem pessoas com a mente muito pequena, tem que entender a importância da nossa comunicação. (NAGATOMO, 2021, informação verbal).

Tal afirmação é corroborada por Jacomo Nagatomo (2022, informação verbal), que informou enfrentar dificuldades em compreender determinadas interpretações na Língua de Sinais, por meio da janela de libras: “(...) necessita melhorar na tradução para que o conteúdo seja perfeito e não pule as informações corretas que são necessárias para o nosso entendimento”.

Após essa análise a respeito da acessibilidade e importância da Libras para a comunicação e inclusão da pessoa surda, cabe retornar ao problema de pesquisa sobre a importância da acessibilidade especificamente ao telejornalismo bauruense, para a compreensão e acesso à informação por parte da comunidade surda. Para Jacomo Nagatomo (2022), há um caminho grande a percorrer na cidade.

Eu observo que a falta de acessibilidade nos conteúdos em Bauru ainda são frequentes e precisam melhorar muito. É preciso um incentivo maior, porque os surdos sofrem demais com essa falta de informação e quanto a diversos temas. (JACOMO NAGATOMO, 2022, informação verbal).

Nesse mesmo entendimento, Nagatomo (2021) acrescenta que, em consequência da falta de acessibilidade, ele precisou se adaptar e utiliza o telefone

para pesquisar o contexto das palavras e a internet para se manter informado, já que é mais prático e possibilita a maior compreensão da informação.

No passado, eu gostava de ver bastante jornal, mas a gente sabe que a tecnologia está mudando e eu acho que agora é melhor com a internet e o celular. Então, tudo é mais fácil e hoje eu tenho que fazer uma adaptação do Português para a Libras para que eu consiga aprender as palavras e o contexto corretamente e ver o significado dessas palavras através do jornal. Por isso, eu gosto muito de usar o celular. Lá no passado a gente tinha muita dificuldade, o celular não possuía essa tecnologia, era mais por revista ou livros. A gente olhava e fazia aquela pesquisa. (NAGATOMO, 2021, informação verbal).

Para Jacomo Nagatomo (2022, informação verbal), essa é uma realidade também presente em seu dia a dia. Ela afirma não gostar, mas ser necessário recorrer às redes sociais em busca de informação com maior facilidade de acesso. Tal situação foi explicada por Rodrigues (2021), que tem contato frequente com a comunidade surda. Segundo a pesquisadora, durante a pandemia, os principais meios para a maioria dos surdos obterem informações foram a internet e as redes sociais.

Os surdos acabam criando canais paralelos de comunicação e eles vão se informando assim. Eles têm grupos e vão passando essa informação. Mas é porque eles ficam de fora. Eles fazem comunidade no Instagram, fazem muita live. Então assim muitos eventos só para a comunidade surda. Existem dentro da comunidade surda algumas lideranças que acabam servindo como orientação para os surdos e eles acabam discutindo, vão buscar mais informações. (RODRIGUES, 2021, informação verbal).

Assim, tendo como base a função social do telejornalismo local, definida no capítulo anterior, de que o lugar de referência apenas é exercido quando há a compreensão total das informações por parte de todas as pessoas, Maciel (2021) pontua que, em Bauru, o telejornalismo está “de costas para o local” ao adotar um “microcosmo do macrocosmo”, pois sempre trabalha suas pautas da mesma perspectiva. Já em relação às pautas referentes à pessoa com deficiência, muitas vezes, adota ainda o viés capacitista.

(...) ele é local, mas ao mesmo tempo ele não é local, ele tá de costas para o local, porque mesmo o local abordado é sempre mais do mesmo. É como se fosse um microcosmo do macrocosmo do jornalismo em geral. (...) Então, o jornalismo local, sim, ele aborda localmente mas muito pouco e mesmo quando aborda localmente é de espaços hegemônicos, quase nunca se vê nada da periferia. Quando é da periferia, só para falar de violência basicamente. Para falar de violência ou então a abordagem coitadista ou

assistencialista. Esse não é um problema do jornalismo de Bauru, é de todo canto. (MACIEL, 2021, informação verbal).

Uma questão, segundo Maciel (2021), que remonta à formação dos profissionais, pois não são temas abordados durante a graduação. E, se o estudante não tem esse contato, dificilmente colocará em prática no seu dia a dia quando estiver atuando na profissão.

Esse é o grande problema, não se insere na formação do jornalista a preocupação com a acessibilidade. O jornalista, no caso da formação, ele é instado a dominar a tecnologia, ele é instado a estar por dentro dos novos avanços nas formas de comunicação. Então, todo o mundo tem que aprender a mexer com a rede social, todo o mundo tem que aprender como é que publica no Twitter. Mas, as formas alternativas e acessíveis de produção textual nem comentam. Então, se essa pessoa desconhece como é que ela vai levar isso para sua produção? E desconhece na formação e desconhece também a própria lei porque não é uma lei que interessa. Porque, no limite, o jornalista deveria conhecer a legislação. Então a gente também não conhece a legislação porque se soubesse que a legislação ratificada pelo Brasil tem uma lei que determina isso, que tem norma ABNT que determina isso. O jornalista também ignora. (MACIEL, 2021, informação verbal).

Por fim, Maciel (2021) ressalta a importância da inserção da janela de Libras e o *Closed Caption* adequado para a legendagem de surdos e ensurdecidos. A professora afirma que a informação de qualidade é vital para o ser humano e seu desenvolvimento. Quando não há esse acesso ou quando há falhas, a pessoa surda fica alijada do conhecimento e do mundo a sua volta.

(...) As pessoas com deficiência auditiva que não conseguem acessar os conteúdos, porque eles não estão acessíveis, primeiro, elas não têm o seu direito de acesso à informação respeitado. Segundo, isso traz prejuízos para o repertório informacional, cultural, educativo, político, econômico dessa pessoa. E, no limite, é um público que deixa de consumir esses conteúdos. Então, as publicações elas perdem público que no Brasil é da ordem de quase um milhão de pessoas. (...) A acessibilidade, ela não afeta, ela não é importante só para pessoa com deficiência. É importante para toda e qualquer pessoa porque a gente pode vir a ter limitações e impedimentos momentâneos ou adquiridos. A gente pode vir a adquirir isso depois. Então, é para todas as pessoas, não somente aquelas categorizadas como pessoas com deficiência. (MACIEL, 2021, informação verbal).

Assim, o mínimo deveria ser o cumprimento da legislação para assegurar a acessibilidade, a inclusão de pessoas surdas. Assegurar a diversidade e a participação desse grupo na comunidade de sua cidade por parte do acesso à informação definido pela Constituição Federal de 1988 e garantido pelas leis, portarias

e normas já citadas neste trabalho. A acessibilidade adequada para as pessoas surdas é importante do ponto de vista legislativo, da cidadania, do respeito, da economia e do próprio mercado de cada emissora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o percurso percorrido durante este trabalho, desde as pesquisas bibliográfica e documental até a análise realizada por meio das entrevistas em profundidade e da pesquisa descritiva foram fundamentais para responder a questão norteadora da pesquisa: a falta de acessibilidade para pessoas surdas em telejornais bauruenses impacta no exercício da cidadania e na garantia do direito e acesso à informação, conforme já previsto na legislação apresentada no desenvolvimento do trabalho: a constituição de 1988; as Leis nº 13.146, nº 10.436 e nº 10.098, que tratam, respectivamente, da inclusão da pessoa com deficiência, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e estabelece normas gerais e critérios de acessibilidade; Portarias nº 310 e nº 188 e a NBR 15290 da ABNT, a respeito dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação de veículos de radiodifusão de sons e imagens.

Para obter essa conclusão fez-se necessário realizar todo o levantamento histórico das lutas e conquistas pelo reconhecimento e inclusão da comunidade surda no Brasil e no Mundo (STROBEL, 2006), assim como, a pesquisa sobre o que é a Língua Brasileira de Sinais, acessibilidade e inclusão, os recursos para acessibilidade da comunidade surda na radiodifusão: *Closed Caption* com legendagem para surdos e ensurdecidos e a inserção da janela com o intérprete de Libras. Levantamento que constatou a necessidade de se pensar em ambiente acessível e inclusivo para toda e qualquer pessoa independentemente de sua dificuldade, definida por Maciel (2021) como Desenho Universal. E, portanto, pensar nessa realidade não exclusivamente no telejornalismo, mas sim, em todos os campos da sociedade como escola, bancos, poder público, entre outros, para a inclusão da pessoa com deficiência em todos os ambientes que são de direito, permitindo sua participação em eventos culturais, instituições de ensino e na tomada de decisões.

Para que esse ideal seja seguido é importante que o jornalismo passe a pensar em como incluir os diferentes públicos, visando de fato exercer seu lugar de referência e instrumento social de mudança da sociedade (Vizeu; Correia, 2008). Vale retomar a importância do telejornalismo e sua penetração na sociedade: em 2020, 82% dos 19.827 entrevistados da pesquisa “Inside Video – A (Re)Descoberta” (2020), do Kantar IBOPE Media, afirmaram acompanhar o noticiário na televisão. Na mesma pesquisa, 43% dos entrevistados afirmaram confiar nas informações do

telejornalismo. Um cenário que destaca a importância do telejornalismo seja ele nacional ou local.

O fazer jornalístico no ambiente local, por sua vez, permite a criação e reforça as relações de identidade cultural, social, de pertencimento e vínculos (COUTINHO, 2008). Também é referência para a população local, agente principal de mudança entre poder público e população em busca de seus direitos e necessidades e, por conta de sua credibilidade, contribui na construção da própria identidade daquela localidade.

Entretanto, com as cinco entrevistas em profundidade e em especial as realizadas com Júlio Nagatomo e Aline Jacomo Nagatomo, ambos surdos congênitos, percebe-se que essa classificação e a função do jornalismo local não são de fato cumpridas na cidade de Bauru, pois não há acessibilidade para as pessoas surdas nos telejornais bauruenses. Assim, 3.952 pessoas dentre os 343.937 habitantes de Bauru ficam alijados da informação, do conhecimento, da construção da identidade, da sua representação na tela como cidadão, e da busca por seus direitos e necessidades possibilitadas pelo telejornalismo.

Tanto Nagatomo (2021) quanto Jacomo Nagatomo (2022) expõem sua dificuldade em acompanhar e compreender os conteúdos veiculados no telejornalismo bauruense e nacional por conta da falta de acessibilidade pela janela com o intérprete de Libras e a péssima qualidade da legenda gerada automaticamente (*Closed Caption*) que não inclui a especificidade da legendagem para surdos e ensurdecidos. Eles também relatam preferir o uso da internet para obter informação por sua facilidade de acesso e compreensão.

Tal realidade confirma as hipóteses da pesquisa de que a falta de acessibilidade priva a pessoa surda de ter pleno acesso à informação e que a televisão como concessão pública não atinge toda a população e o jornalismo como instrumento social não cumpre o seu papel. As respostas encontradas para o não cumprimento da função social do telejornalismo local e da legislação em prol da inclusão apresentam-se nas dificuldades econômicas e redução das equipes das emissoras.

Entretanto, os resultados obtidos com a finalização do trabalho expressam o atraso do Brasil e a urgência do telejornalismo brasileiro, em especial o bauruense, de encontrar meios para investir no desenvolvimento de mecanismos para a promoção da acessibilidade, no mínimo, para a comunidade surda, já que o ideal apresentado por Maciel (2021) e ratificado por Rodrigues (2021) e Werneck (2021) é

a acessibilidade no telejornalismo para qualquer pessoa independentemente de suas dificuldades. Situação já em execução pela TV Cultura, um exemplo a ser seguido pelas demais emissoras, sendo elas cabeças de rede ou não, pois ela apresenta recursos de acessibilidade com qualidade: o *Closed Caption* que considera a legendagem para surdos e ensurdecidos, inserindo informações sobre efeitos e trilha sonora, indicação de quem é a fala do personagem e a entonação da fala, além da inserção da janela com intérprete de Libras.

Conclui-se que a problemática da acessibilidade para pessoas surdas no telejornalismo bauruense é bem mais ampla do que se imagina, pois está presente e exigindo uma atitude em todos os campos da sociedade civil, na promoção de políticas públicas adequadas, respeito a moral, ética e vida de todos os seres humanos, não apenas das pessoas com deficiência. Pois, em qualquer momento, a deficiência pode tornar-se parte da vida de qualquer um.

Essa discussão encontra-se em nível de mudança de paradigma humanitário. Cabe à sociedade pensar na diversidade além dos grupos clássicos e incluir a luta e a necessidade da pessoa com deficiência (MACIEL, 2021). Porém, essa realidade, que é mundial, não exclui a obrigação do telejornalismo brasileiro e local, como concessões públicas e lugar de referência para a sociedade, de apresentar e executar a promoção da acessibilidade, garantindo o direito de acesso à informação e conhecimento para uma ampla gama da população, sem exclusão de determinados grupos.

Assim como cabe às Instituições de Ensino promover ações, palestras, vivências que possam gerar a sensibilização dos alunos para a realidade de pessoas com deficiência, não exclusivamente da comunidade surda, para que cada estudante possa aplicar e incentivar ações para a promoção da acessibilidade e inclusão.

Por fim, um ponto importante que mostrou a necessidade de ser trabalhado em futuras pesquisas é estruturar um manual de como tornar viável economicamente para as emissoras os recursos de acessibilidade e como aliar as rotinas jornalísticas televisivas já existentes com as demandas surgidas para contemplar os recursos acessíveis. O Núcleo de Acessibilidade da TV Cultura pode ser um importante objeto de estudo para a obtenção dessas respostas, já pensando na aplicação de um desenho universal. E, para outros pesquisadores que se interessarem, pode-se expandir a estruturação de um manual para os demais veículos de comunicação,

como rádios, impressos e internet. O jornalismo precisa cumprir sua função social e chegar ao maior número de pessoas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Soraya Ferreira; ARAUJO, Vera Lúcia Santiago. **Tradução audiovisual acessível (TAVA): audiodescrição, janela de Libras e legendagem para surdos e ensurdecidos**. 2017.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; VIEIRA, Patrícia Araújo; MONTEIRO, Silvia Malena Modesto. **Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE): Um estudo de recepção com surdos da região Sudeste**. In Tradterm. v 22. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/69132>. Acesso em: 01 mai 2022.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Perspectivas Econômicas Globais**. Washington, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 28 fev 2022.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 abr 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 17 abr 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30763677/publicacao/30763688>. Acesso em: 06 de agosto 2021.

BRASIL. **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Regulamenta os Serviços de Radiodifusão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm. Acesso em: 06 de agosto 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 17 abr 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 17 abr 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/>. Acesso em: 24 mai 2021.

BRASIL. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006**. Regulamenta e aprova a Norma Complementar 01/2006, que dispõe sobre a acessibilidade nos serviços de

radiodifusão de som e imagens. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/442-portaria-310>. Acesso em: 19 ago 2021.

BRASIL. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010.** Altera a redação da Norma Complementar 01/2006 regulamentada pela Portaria nº 310 de 27 de junho de 2006. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em: 19 abr 2021.

BELEM, Vitor; CAJAZEIRA, Paulo; CIRNE, Livia. **Em primeira mão: O Repórter Visual como experiência pioneira de telejornalismo em Libras na TV Aberta.** IN Telejornalismo Contemporâneo: 15 anos da Rede TeleJor. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

BELEM, Vitor; CAJAZEIRA, Paulo; CIRNE, Livia. **Notícia para a audiência que não ouve e não vê: uma discussão sobre inclusão e acessibilidade na televisão.** Campo Grande, 2020.

CANNITO, Newton. **A Televisão na Era Digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio.** 2 ed. São Paulo: Summus editorial, 2010.

COUTINHO, Iluska; EMERIM, Cárilda. **Lugares, espaços, telas e reconhecimento.** In Telejornalismo Local: Teorias, conceitos e reflexões. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento.** In A sociedade do telejornalismo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** Brasil, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em 16 abr. 2021

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?.** 1998.

FONSECA, J. J. S. (2002). **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC. [Apostila.]

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GONÇALVES, Kaiane Yamauchi. **Televisão regional: o discurso de pertencimento da afiliada da Rede globo “TV Tem” no projeto “Tem Running Bauru 2019”.** Bauru, 2020.

IBGE. **Censo Demográfico.** Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em 16 abr. 2021

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasil, 2019. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em 16 abr. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **INES**. Página: conheça o Ines. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 17 ago 2021.

JACOMO, Aline Monique Jacomo Nagatomo. **Entrevista V. [out. 2021]**. Entrevistadora: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (12 min.).

KANTAR IBOPE MEDIA. **Pesquisa Inside Vídeo – A (Re) Descoberta**. Brasil, 2020. Disponível em: https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2021/03/Inside-Video_A-Redescoberta.pdf. Acesso em 21 ago. 2021

LEÃO, Célia. **“Por que ainda estamos falando de inclusão?”**, Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hNvkRaLEk5k&t=301s>. Acesso em: 30 set. 2021. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. 151 p.

LOPES, Vera Maria de Oliveira Nusdeo. **O Direito à Informação e as Concessões de Rádio e Televisão**. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. 151 p.

MACHADO, Flávia. **Acessibilidade na TV Digital: dissertação sobre a política de audiodescrição na televisão brasileira**. In Televisão Digital na América Latina: avanços e perspectivas. São Paulo: INTERCOM, 2012.

MACIEL, Suely. **Entrevista II. [out. 2021]**. Entrevistador: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (57 min. 50 seg.).

MATTOS, Sérgio. **A evolução histórica da televisão brasileira**. In 60 anos de Telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

NAGATOMO, Julio César Couto. **Entrevista IV. [out. 2021]**. Entrevistadora: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (34 min. 30 seg.).

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

OLIVEIRA, José Tarcísio. **O Sentimento de local na sociedade contemporânea**. In Telejornalismo Local: Teorias, conceitos e reflexões. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, resolução 217 A III**. Dispões sobre os Direitos Humanos Fundamentais. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17 abr 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Dispões sobre os Direitos Fundamentais das Pessoas

com Deficiência. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 17 abr 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Audição**. Geneva, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-hearing>. Acesso em: 16 out 2021.

PICCININ, Fabiana. **Notícias na TV Global: diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e o europeu**. 2000. 4 p.

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos linguísticos**. 6 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004 (reimpressão de 2007). 30 p.

REZENDE, Guilherme. **60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas**. In 60 anos de Telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

RODRIGUES, Angélica Terezinha Carmo. **Entrevista I. [out. 2021]**. Entrevistador: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min. 20 seg.).

STROBEL, Karin Lilian. **A visão história da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. ETD – Educação Temática Digital, 2006.

TERCEIRO, Francisco Martins Lopes. **Políticas de inclusão bilíngue na televisão: a importância do intérprete em detrimento do uso de legendas para a acessibilidade televisiva**. Revista Florestan, 2015. 41 p.

TOURINHO, Carlos Alberto Moreira. **Inovação no Telejornalismo: O que você vai ver a seguir**. 1 ed. Vitória: Espaços Livros, 2009.

VENDRAMIN, Carla. **Repensando mitos contemporâneos: O Capacitismo**. 2019. 17 p.

VIZEU, Alfredo Eurico; CERQUEIRA, Laerte. **O “lugar de referência” do telejornalismo local**. In Telejornalismo Local: Teorias, conceitos e reflexões. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In A sociedade do telejornalismo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

WERNECK, Gilcemar de Souza. **Entrevista III. [out. 2021]**. Entrevistador: Ana Cláudia Sanches Arruda. Bauru, 2022. 1 arquivo .mp3 (22 min. 20 seg.).

APÊNDICE A – ENTREVISTA PROFA. DRA. ANGÉLICA TEREZINHA CARMO RODRIGUES

Entrevista em profundidade

Aluna: Ana Cláudia Sanches Arruda

Orientadora: Dra. Leire Mara Bevilaqua

Título do trabalho: Telejornalismo e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Bauru

Entrevistada: Profa. Dra. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

1) O que são as Línguas de Sinais?

As línguas de sinais são línguas da modalidade visual-gestual, que são expressas através do corpo, principalmente das mãos, mas também de expressões que chamamos de não manuais que são expressões faciais e são captadas, são percebidas pela visão. No caso de surdocegueira o que acontece quando a pessoa é surda e cega aí a percepção é tátil. Então a gente chama a língua de sinais tátil. Mas para assim de um modo geral a gente diz que a percepção é pelos olhos.

Então se opõe as línguas orais, que são utilizadas, são expressos através da fala. Então usa sistema articulatório da fala e são percebidas pelo ouvido. As línguas de sinais, elas são línguas naturais como as línguas orais, elas tem fonologia, tem fonética, tem morfologia, tem gramática, tem sintaxe como as línguas orais. É claro que elas não são iguais as línguas orais por conta da modalidade visual-gestual. Então a gente tem por exemplo a prosódia, das línguas orais que é marcada pelo piti da voz. Então se é uma pergunta, por exemplo, a gente tende a ascender o tom. No caso das línguas de sinais, a prosódia é marcada na face, mas todos os níveis da gramática também ocorre nas línguas de sinais. Então existe uma diferença de modalidade mas são línguas naturais também e as pessoas acham que por exemplo, que as línguas de sinais, assim tem uma visão estereotipada de que é mímica, que é só apontação, que é uma coisa que não tem o sistema gramatical, mas não é assim. As línguas de sinais possuem a sua gramática própria. A língua brasileira de sinais é a língua que é usada nos centros urbanos do Brasil, é uma língua que é reconhecida oficialmente como língua da comunidade surda brasileira, não é uma língua oficial com as vezes escutamos, é uma língua que é reconhecida oficialmente. Assim como as línguas

indígenas, são línguas que são reconhecidas, são línguas tem o reconhecimento de que elas são usadas pelos brasileiros.

Mas existem outras línguas de sinais que são usadas no Brasil. Tem as línguas de sinais indígenas, por exemplo, tem línguas de sinais de pequenas vilas, zonas rurais, você tem um agrupamento de surdos, às vezes de família que são isoladas e que eles acabam desenvolvendo ali uma língua de sinais que é particular de feliz, né? E a libras seria essa língua Comunitária.

2) Qual a importância das Línguas de Sinais?

A importância é porque assim na verdade a comunidade surda utiliza a língua de sinais desde sempre, há inclusive hipóteses de que a primeira língua de sinais, a primeira língua mais sistematizada que a gente tenha tido, isso antes até do homo sapiens foi uma língua de sinais, por que o homo sapiens foi a primeira espécie que conseguiu articular o som, com a descida da laringe então a gente sabe que o homo sapiens foi a primeira espécie que conseguiu modular melhor a fala, e produzir sons que provavelmente, inicialmente foram imitações, mas foi a primeira espécie. Então antes do homo sapiens a articulação, da fala não era possível mecanicamente. Só que a gente tem muitas evidências arqueológicas de organização, de social, então assim casas de trabalho, casas de reza, que são achados arqueológicos, que apontam que aquelas estruturas devem ter sido usadas para cortar carne, coisas assim. Aquilo não poderia ter sido feito sem que as pessoas tivessem um sistema de comunicação, então a hipótese é que a língua, as línguas de sinais, tenham sido utilizadas, provavelmente assim com a evolução da nossa espécie, falar deve ter sido mais vantajoso. Isso acabou se perdendo, mas a gente tem na história da humanidade, relatos de surdos, desde a antiguidade grega dos autores clássicos da literatura e filosofia grega que falam dos surdos.

Se você tem surdos, você tem um sistema de comunicação manual que pode ser uma língua quando você tem um agrupamento grande de surdos, que estão convivendo há mais tempo, então essa língua evolui. No sentido de que ela vai se sistematizar e se você não tem, você tem surdos isolados, a gente tem o que a gente chama de língua de sinais emergentes, que é por exemplo a maioria dos surdos, mais de 95% dos surdos nascem em famílias de ouvintes. E isso faz com que a grande maioria não tenha contato com a língua de sinais na primeira infância. São raros os

casos que isso acontece, só que essa criança ela vai usar sinais, a gente chama isso de língua de sinais emergentes, só que como é só ela que usa efetivamente. Porque os ouvintes usam para se comunicar com essa criança e depois com esse adulto surdo, mas como ele já tem a sua própria língua, essa língua é subsidiária. Mas o surdo ele vai acabar usando essa língua, e tem muitos surdos, por exemplo, que não sabem Libras, que não são oralizados. Às vezes dentro da comunidade surda eles mesmos falam por gestos, mas não são gestos aleatórios, existe uma sistematização. Então assim a importância é que é o único modo que os surdos tem naturalmente, as línguas de sinais são as únicas que o surdo pode aprender naturalmente. Agora é claro que tem surdos que são oralizados e esse surdos eles passam aí por um treinamento, põe aparelho, as vezes faz implante coclear, não são todos os surdos que o implante funciona, por exemplo, não ouve como a gente de todo modo. Mas mesmo nesse surdos que são oralizados, eles não aprenderam a língua oral naturalmente. Eles tiveram que ter instrução dessa língua, não aprenderam como as outras crianças aprendem, porque eles não ouviram essa língua. Eu acho essa ilusão que quando coloca o aparelho a criança vai perceber mas não percebe, é igual a gente escutar russo, você identifica o som, mas assim, identificar a cadeia, se tem uma palavra isso o surdo precisa aprender. A língua de sinais é a única que o surdo aprende naturalmente. A importância é garantir a comunicação, a sociabilização, acesso à informação, educação da comunidade surda.

3) Quais as diferenças entre a língua falada, escrita e a de sinais?

Olha tem muitas coisas que são parecidas, né, assim a língua escrita a gente não fala, que a gente nem costuma falar assim que é língua escrita por que a escrita ela não é natural né. Então assim, a língua mesmo é a língua falada, né a escrita ela é desenvolvida, tanto que tem muitas línguas que não tem escritas né como no caso das línguas indígenas. Você pode até desenvolver o sistema de escrita para qualquer língua né. Agora assim a gente tem muitas coisas que são parecidas mas tem muitas coisas que são diferentes, e aí é essa diferença a gente tem que ver entre a língua na comparação, você vai comparar a libras e o português, que são línguas que convivem né, a gente pode dizer por exemplo a ordem das palavras na sentença é diferente né a ordem no português é SVO - sujeito, verbo, complemento né? Na Libras essa parece ser uma ordem priorizada, né? Mas existem outras ordens também possível no

português também né? Mas o que a gente percebe é que essa ordenação da sentença ela não é igual no português, né embora seja SVO, a gente tem restrições aí que não acontece no português e vice-versa, né? Então por exemplo questão de morfologia, as línguas de sinais não tem morfologia verbal, por exemplo, morfologia nominal a que são aquelas desinências que integram a palavra por causa dos verbos para tentar marcar tempo, número, pessoa, passado, presente, né? Isso não tem nas línguas de sinais não tem essa morfologia, por exemplos não tem marcação de plural com s por exemplo que a gente tem no português, isso não tem nas línguas de sinais. Mas é claro que isso é marcado na língua de sinais, o que que é passado, o que é futuro, o que é presente, se é plural, se não é plural. Isso é marcado mas não é marcado morfológicamente não com sufixo né nem prefixo então isso poderia ser considerado uma diferença né. Outra diferença é a questão pronominal, os pronomes das línguas de sinais eles são marcados por apontação né, então eu aponta para o falante né, você aí, ele, ela, é para fora do campo né. A sintaxe da língua de sinais ela é tridimensional, ela é espacial então o espaço de sinalização que é esse espaço aqui acima da cintura é o espaço onde a gramática acontece. Então por exemplo, você tem verbos como dar por exemplo, né? Então falo assim, eu te dei um presente, né? Então se você me deu um presente ao contrário aí sai do sujeito para quem recebeu, né? Então existe essa diferença que é uma coisa que a gente não tem nas línguas orais. Por que as línguas orais elas são lineares né? A cadeia da fala, a gente não consegue sobrepor informação, né? Então você quer negar, por exemplo, o verbo tem que falar eu não conheço, por exemplo, tem que falar primeiro o não depois do verbo. No caso da libras, a gente fala não conheço então é sobrepõe, são simultâneos, você pode marcar simultaneamente informação gramatical, então são várias diferenças, né?

4) Qual a melhor opção para a acessibilidade no telejornalismo quando considerado o surdo que não tem o contato com a Libras e o surdo que não é alfabetizado na língua portuguesa?

Tem muitos surdos que não são alfabetizados mesmo, que não aprendem o português escrito, ou, aprendem muito mal assim, por conta da dificuldade na escola.

Então o caso da legenda, ela atinge uma parte dos surdos, ela pode funcionar para os D.A.'s, os deficientes auditivos, por exemplo que geralmente são pessoas que, eles aprendem o português porque eles passam por outro processo de alfabetização. Mas a legenda pode ajudar nesse caso. Agora para os surdos que são, que não tem

contato com português, a legenda não funciona. Então aí seria mesmo necessário a janela de libras. Embora seja obrigatório, a gente sabe que só as TVs públicas colocam a janela de libras, né? E nem a legenda, porque assim a legenda automática ela também pode ter problema, né? Então assim, isso tem melhorado bastante, por exemplo, no meet a legenda é muito boa, muito bom, meus alunos usam às vezes quando eles querem assistir alguma coisa que tá sem intérprete, eles conseguem acompanhar pela legenda e eu já usei, e quando eu estou no meet eu coloco, só para eu ficar vendo, assim para ver se realmente é bom, né? Mas o fato é que a janela de libras, ela garante mais, ela atinge mais pessoas, né? Mas é claro, você tem surdos que não sabem Libras, então isso aí já é um problema. Às vezes acontece da criança chegar na escola, a criança surda chega na escola e não sabe libras. E aí o intérprete tá lá para ajudar a criança, mas assim a criança não sabe ler, então não adianta ele interpretar em libras, ele vai ter que ensinar a Libras, isso é um processo difícil porque a criança fica atrasada, né? Porque não tá conseguindo acompanhar as aulas, então é uma situação bem complexa, né? Mas é importante que tem acessibilidade, por exemplo, existe uma campanha dos surdos, que é legenda para quem não ouve mas se emociona. Os surdos eles só vão ao cinema quando é filme estrangeiro, porque são os únicos filmes que são legendados, né? E agora virou uma moda, né de cinema dublado, e aí eles não conseguem acompanhar. Então os filmes nacionais, por exemplo, eles não assistem. E por que que o cinema não coloca, porque tem a legenda mas o cinema não coloca, pois diz que atrapalha as demais pessoas, que as pessoas não gostam de ter a legenda, então assim é uma coisa assim simples que poderia garantir a acessibilidade e não é feito por que as pessoas não tem dimensão assim do quanto isso impacta, então assim peça de teatro, por exemplo, os surdos eles têm muitas dificuldades para frequentar essas opções culturais.

Quem mora em São Paulo, por exemplo aí tem várias atividades dentro da própria comunidade surda, né de teatro, de música, né? O Slam do corpo que é o movimento super forte lá em São Paulo, mas quem é do interior, por exemplo, você não tem uma opção.

5) Quais as especificidades da Língua Brasileira de Sinais, sabendo que o Brasil tem uma grande extensão territorial e diferentes realidades regionais?

A mesma coisa acontece na libras existe a variação lexical, então sinais que usam nos Estados assim varia muito e existe também uma variação que está relacionada à escola de surdos. Então no Rio de Janeiro por exemplo, por causa do INES, né que é o Instituto Nacional de Educação, né mais tradicional foi o primeiro, né? Foi criado no Brasil para os surdos, né? Então no Rio de Janeiro eles usam muitos sinais inicializados com letra, né? Então que é uma coisa, por exemplo que no Norte, Nordeste não é comum, né? Então deixa eu pensar um exemplo aqui para eu te dar na hora que você quer pensar no exemplo foge pera ai. Por exemplo, vestibular, então esse seria o V, né? Então seriam os sinais, só que tem surdo que faz assim, sem a letra entendeu? Então tem surdos, tem lugares que assim não usa muito a letra, né? Então isso é uma variação, mas existe assim, quando a gente faz curso, evento que vem surdos do Brasil inteiro o intérprete eles tem que fazer os cinco sinais, entendeu? Porque eles usam, cada um usa de um jeito. Branco, por exemplo, pode ser assim, pode ser assim. Verde pode ser assim, pode ser assim só falando de cores né? Mas até até topônimos, o nome das cidades, variam muitas vezes na própria, cidade, Araraquara por exemplo tem três sinais. Pode ser, pode ser esse. São Carlos por exemplo, esse é o mais comum que é o S e o C. É inicializada mas também tem esse tipo de fazendo um morrinho sabe. Então acontece de ter muita variação né. Agora no nível da sintaxe a gente não sabe porque a gente tem bem pouco pesquisa bem poucas pesquisas de descrição da gramática da libras é assim e a gente tem de variação lexical, mas assim comparando a sintaxe a gente não tem nenhuma pesquisa que tenha apresentado assim alguma evidência que tem alguma variação.

6) Quais as principais dificuldades para a total inclusão da Libras no Brasil?

Eu acho que é falta de conscientização né porque assim a inclusão ela assim a gente tá falando da Libras, mas a gente tem que pensar na inclusão com uma coisa maior, é de todos os PCD's. E essa inclusão é embora a gente tenha muitos avanços, né? Mas a gente vê que a concepção que a sociedade tem da deficiência, né? Ela é pautada com muito preconceito, né? Então a gente tem uma sociedade capacitista, que vê o deficiente como incapaz né? Como um pobre coitado então assim a gente costuma falar assim, as pessoas olham para o deficiente e o que elas vêem é o que falta no deficiente, né? Então assim, ah, ele não escuta, ele não enxerga, ele não tem uma perna, mas a gente precisa promover uma visão social da deficiência, né? Que é, as pessoas são diferentes. Então as pessoas elas têm constituição física e

intelectual, são diferentes, né? Então a maior dificuldade para garantir a inclusão dos PCD's e das pessoas surdas, é a sociedade se conscientizar que isso é um direito. Que se essas pessoas, se elas têm acesso aos espaços, né que elas quiserem aí você consegue ver a potência dessas pessoas. Por exemplo, a gente tava tendo as paraolimpíadas, né? Então assim as paraolimpíadas é um ótimo exemplo para a gente discutir a deficiência, né? Porque ao contrário de pensar que é aqueles deficientes aquelas pessoas com deficiência estão ali, que elas estão se superando, que elas são exemplos. Não é, elas são pessoas que são atletas e treinaram e estão ali porque treinaram, não estão ali porque elas superaram a deficiência. Porque a deficiência não é para ser superada, não é uma doença, é algo que faz parte da pessoa, né? No caso dos surdos, a gente tem uma questão linguística, né? Os surdos representam uma minoria linguística que não é reconhecida, né? Então quando o aluno surdo, ele tá na escola inclusiva, né? O professor, essa necessidade de que os professores tenham uma formação básica de saber libras, mas ele precisa saber o que é o surdo, né?

Então você saber que ele tem uma gramática, que ele não é uma pessoa que tem problemas cognitivos, né? A surdez não acarreta por si só em comprometimento da cognição do indivíduo. Então, se ele pudesse, se ele tiver acesso a língua de sinais, ele vai ter um desenvolvimento intelectual cognitivo como de qualquer pessoa, né? Então a falta de compreensão disso faz com que os surdos fiquem excluídos, né? Porque as pessoas acham que não precisa, que não vai fazer diferença para ele se ele entendeu, ou se ele não entendeu. Então é o modelo de escola inclusiva, ele é muito ruim para os surdos, né? Por isso que a comunidade surda luta pela Escola bilíngue, né? Em que os surdos possam receber instrução formal na língua de sinais e só depois mais tarde o português mas nas séries iniciais, né? Eles tenham a Libras como língua de instrução, porque é muito difícil, você ter uma instrução numa língua que você não conhece, como é que você vai aprender o português junto com crianças e já falam português, você vai aprender a escrever, ser alfabetizado ao lado de crianças que falam português, que escutam o português, né, então não tem como ser igual. E nem por isso que ele tem de alfabetização e mais não é porque eu os surdos não são capazes, que eles não conseguem ser alfabetizados. É o método é que é problemático.

7) Já há a obrigatoriedade de a televisão aberta e sua programação contarem com a janela de Libras. Como você avalia o fato de muitas emissoras ainda não terem esse recurso de acessibilidade?

Então é falta de percepção, não é obrigatório não, tem que é obrigatório nas TV's de concessão pública, né? E mesmo assim não são todos que tem, são as TV's de concessão públicas federais, né? Essas são obrigadas a ter né? Então, por exemplo é obrigada ter intérprete nas escolas das Universidades. Você tem um aluno surdo, você precisa ter o intérprete. Mas por exemplo nas particulares isso sempre tem, por isso que eles fazem muitas faculdade particular são mais rápidas nesta demanda nas universidades públicas, isso é mais difícil, né? Porque inclusive aqui na UNESP a gente enfrenta isso, você não tem como contratar um intérprete, né ai precisaria fazer um concurso para ter intérprete, e isso nunca foi do interesse das gestões que vão passando, vão empurrando, aí você não tem também aluno surdo aí tipo então não tem a demanda para contratação. Agora que a gente tá com muitos alunos surdos aqui em Araraquara, então a gente tem intérprete.

APÊNDICE B – ENTREVISTA PROFA. DRA. SUELY MACIEL

Entrevista em profundidade

Aluna: Ana Cláudia Sanches Arruda

Orientadora: Dra. Leire Mara Bevilaqua

Título do trabalho: Telejornalismo e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Bauru

Entrevistada: Suely Maciel

1) O que é a acessibilidade na comunicação?

Então a acessibilidade é você garantir meios, instrumentos, metodologias, procedimentos, atitudes que permitam a qualquer pessoa acessar qualquer conteúdo e em qualquer formato. Independentemente dos impedimentos, das necessidades que a pessoa venha a ter, isso se pensarmos sobre o princípio do desenho Universal.

Então acessibilidade na comunicação seria exatamente isso, como permitir que qualquer pessoa em qualquer condição com seus impedimentos ou sem impedimentos de diferentes ordens, decorrentes de deficiências, de limitações momentâneas e que toda e qualquer pessoa possa acessar os conteúdos. Então, acessibilidade na comunicação seria permitir que as pessoas consigam consumir, compreender, apreender tudo aquilo que é produzido, se estamos falando de comunicação midiática, tudo aquilo que é produzido nas diferentes plataformas pelos diferentes produtores midiáticos, trabalha com os meios, com a intermediação, então isso é acessibilidade e ela engloba não apenas equipamentos específicos ou tecnologias específicas, mas também comportamentos, atitudes. Então acessibilidade diz respeito a todo esse rol de procedimentos, metodologias, alternativas, tecnologias no sentido de garantir esse direito de todos que é ter acesso a comunicação e a informação.

2) Qual a importância da acessibilidade na radiodifusão, uma vez que as concessões de rádio e televisão no Brasil são públicas?

Então qual é a importância da radiodifusão se considerarmos os meios eletrônicos, o rádio e a televisão, a importância é que essa produção afeta

fundamentalmente a nossa capacidade sensorial, basicamente, a visão e a audição. Então na rádio difusão todos os conteúdos que eles se produzem e eles se transmitem a partir da integração de códigos, então na rádio difusão, no caso do rádio existem os códigos verbal, musical e sonoro. E no caso da televisão os visuais, verbais, sonoros e musicais, então é da articulação desses diferentes códigos que a gente faz toda a produção nesses meios eletrônicos.

Ora tudo aquilo que é um componente, que trabalham com os códigos sonoros. Tanto a palavra pode ser sonora, quanto a música, o efeito sonoro, e o silêncio são e vão afetar a nossa audição. Então qualquer pessoa que tenha qualquer impedimento de qualquer ordem que atrapalhe com que ela recepcione esse conteúdo sonoro estará sendo prejudicada no direito dela de acessar essa informação em sua integralidade. Todo aquele conteúdo que afeta nossa visão, se ele não está para uma pessoa que tem qualquer impedimento visual, não importa o motivo também tem o seu direito de acesso à esse conteúdo não garantido, limitado, transgredido.

Essa é a importância, é uma concessão pública que produz conteúdos resultantes da articulação de diferentes códigos e esses produtos nos afetam sensorialmente e é necessário nos valer das condições do nosso organismo, de condições sensoriais para acessarmos esses conteúdos, e se esses conteúdos não nos oferecem alternativas para que a gente consiga recepcionar esses conteúdos por caminhos alternativos, não está garantido o direito de todas as pessoas de acessarem esses conteúdos. Então no limite, sem a garantia dessa acessibilidade é um comportamento absurdamente discriminatório. Além do que é um comportamento ilegal, no limite, ela é ilegal para o que a lei determina. A lei garante desde a nossa constituição de 1988 que é um direito de todos, todos são iguais perante a lei então todos têm o direito de acessar tudo, todos têm direito de vivenciar tudo, e se pegarmos as leis mais específicas, está lá na convenção dos direitos da pessoa com deficiência que é uma convenção da ONU ratificada pelo Brasil, e o Brasil assinou essa convenção. Então é lei desde 2007, e está na lei Brasileira de inclusão de 2015, que passou a vigorar em 2016, então no limite é ilegal, é uma ilegalidade.

O nível é porque as pessoas com deficiência ou nós o cidadão comum, o cidadão, que poderia fazer isso uma denúncia, não denuncia, porque no final é lei. Isso é um aspecto importante a pessoa se ela não tem acesso a isso porque a radiodifusão não garante as condições para que ela acesse, ela poderia denunciar, entendeu? É uma ilegalidade então essa é a importância. É importante do ponto de

vista da lei, é um problema do ponto de vista econômico, do ponto de vista de economia das mídias, porque se deixa aí à margem praticamente 8, ou 9 milhões de pessoas que têm deficiência sensorial, fora as pessoas com deficiência intelectual, que também não tem acesso a linguagem simples, a linguagem clara, e sem falar nos idosos, e nas crianças. Se a gente considerar que nós poderemos chegar ao número de idosos, por volta de 285 milhões de pessoas com mais de 65 anos, esse público está tendo impedimento ou está tendo dificuldade para ouvir as coisas, para enxergar as coisas, não vai entender as coisas, então no limite também é um problema do ponto de vista econômico, não pode vender o marketing, entendeu? Porque é um enorme contingente de pessoas que ficam alijados do consumo desse tipo de produção.

3) Você poderia elencar alguma experiência de sucesso no telejornalismo brasileiro?

Eu desconheço ou pelo menos, não é que eu desconheço posso ter encontrado iniciativas isoladas, mas de cabeça agora não lembro. Uma coisa que eu lembro sempre é uma iniciativa que eu conheci aqui na Espanha em 2015 que é o servir mídia, é uma agência de notícias que nem a agência Estadão, France Press e entre outros. É uma agência de notícias mas de notícias sociais e na servir mídia todo o conteúdo dela é disponibilizado em diferentes formatos, inclusive tem a versão do servir mídia em leitura fácil, que se chama assim aqui na Espanha, em Portugal é leitura clara e entre outros. Então esse é um exemplo para mim bem sucedido, sabe de sucesso, não é brasileiro mas é um exemplo de sucesso porque é jornalismo, os conteúdos estão dentro dos formatos clássicos jornalísticos mas tá lá, se tem um vídeo, o vídeo tem audiodescrição, tem legendagem, se tem um áudio esse áudio é transcrito, inclusive tem o espelhamento do site que é em linguagem fácil, leitura fácil.

4) Falando especificamente sobre o telejornalismo local, quais deveriam ser os recursos disponíveis em um telejornal local acessível?

Olha trabalha-se basicamente com a ideia de que todo formato deve ter a sua alternativa, se a gente pensar no princípio do desenho Universal, se tudo tem que ser acessível para todas as pessoas em qualquer momento, em qualquer idade, em qualquer condição econômica etc, etc, etc. No mínimo todo o conteúdo verbal, sonoro

deveria ter o seu equivalente verbal escrito e o componente pictórico. Todo conteúdo imagético, deveria ter a sua tradução “em palavras”. Todo conteúdo verbal, sonoro que seria ouvido, deveria ter o seu equivalente transcrito para ser visualizado, e por aí vai. Se a gente pensa fora do desenho universal, que é o inadequado, pois já temos que começar a pensar sobre o desenho universal. Mas vamos lá, se não pensar no desenho universal, no mínimo o telejornalismo deveria apresentar: se um conteúdo é audiovisual, ele tem que dar o equivalente para o áudio e para o visual, então o equivalente do áudio aquilo que sai no formato de som, tem que aparecer no mínimo de maneira escrita que é a nossa legenda e de preferência legenda para surdos e ensurdecidos, ou seja, não é só a transcrição da palavra mas também de todos os sons que significam naquele conteúdo, então se tem ruído, se tem efeito sonoro, se tem música de fundo, tudo isso é informação que entrou no conteúdo então isso tem que chegar na forma de palavra para que a pessoa possa visualizar. Uma outra forma que também deveria ter, pois não é todo mundo que é alfabetizado na língua portuguesa, tem gente que é alfabetizada na língua brasileira de sinais, então para essas pessoas a legenda em palavras não resolve em nada o problema delas de acessar a informação, então o conteúdo deveria ter também a sua tradução em Língua Brasileira de Sinais, que aí apareceria o que a gente chama de janela de Libras, o conteúdo sonoro verbal deveria aparecer em Língua Brasileira de Sinais, tudo isso em desrespeito ao audiovisual.

E no caso do visual tudo aquilo para ser visto tem que ter o seu equivalente para ser ouvido aí é ao contrário, então todo conteúdo, todo o elemento visual dessa produção telejornalística deveria ter a audiodescrição, senão o componente visual da mensagem fica perdido, então aquilo que costumam dizer “ah mas a pessoa cega tá assistindo a televisão”, não ela não está assistindo televisão porque assistir televisão implica ouvir e ver o componente áudio e o componente imagético se ela não tá vendo ou não está recepcionando o conteúdo imagético elas só está ouvindo televisão ela não está assistindo televisão. Deu para entender e vice-versa é isso então o ideal são todas essas coisas, tem que ter: legenda, de preferência, o ideal legenda para surdos e ensurdecidos; tem que ter janela de libras; tem que ter audiodescrição.

5) Qual a importância dos recursos de acessibilidade para a comunidade surda, recorte desta pesquisa?

A importância é total porque se a gente pensar que hoje em dia a nossa vida é movida pela informação, teve aí a pandemia mostrando, o cara que não teve acesso à informação nessa pandemia aconteceu o quê? E informação verdadeira. O que aconteceu com essas pessoas certo então a informação é vital. Ela é essencial para o exercício das pessoas em condições de igualdade com as demais, para autonomia para independência, para vivência das pessoas, a informação é vital. Se elas não acessam a informação e não é só informação jornalística, qualquer tipo de informação, elas estão alijados desse processo de conhecimento e obviamente isso vai afetar a vida cotidiana dela, no plano da cultura, do ócio, da economia, da política. Então as pessoas com deficiência auditiva que não conseguem acessar os conteúdos, porque eles não estão acessíveis primeiro elas não têm o seu direito de acesso à informação respeitado segundo isso traz prejuízos para o repertório informacional, cultural, educativo, político, econômico, dessa pessoa.

E no limite é um público que deixa de consumir esses conteúdos. Então as publicações elas perdem público que no Brasil é da ordem de quase um milhão de pessoas., então é gente para caramba. A acessibilidade, ela não afeta, ela não é importante só para pessoa com deficiência é importante para toda e qualquer pessoa porque a gente pode vir a ter limitações e impedimentos sabe momentâneos ou adquiridos a gente pode vir a adquirir isso depois então é para todas as pessoas não somente aquelas categorizados como pessoas com deficiência. Enfim, então é todo mundo sabe, as empresas elas perdem as pessoas que são pessoas com deficiência auditiva, mas também as pessoas que estão momentaneamente com impedimentos da audição, então essa é a importante sabe é tudo, é do ponto de vista da lei, do ponto de vista da cidadania, do ponto de vista de respeito, do ponto de vista econômico, de mercado mesmo.

6) Que avaliação você faz dos telejornais locais bauruenses?

É tudo mais do mesmo, é tudo repetido, as mesmas pautas, um telejornalismo de costas para o local, ele é local, mas ao mesmo tempo ele não é local, ele tá de costas para o local, porque mesmo o local abordado é sempre mais do mesmo, é como se fosse um microcosmo do macrocosmo do jornalismo em geral. Sabe são sempre as mesmas pautas.

Então o jornalismo local sim, ele aborda localmente mas muito pouco e mesmo quando aborda localmente é de espaços hegemônicos, quase nunca ve nada da periferia, quando é da periferia só para falar de violência basicamente para falar de violência ou então a abordagem coitadista ou assistencialista. Esse não é um problema do jornalismo de Bauru, é de todo canto, jornalismo é essa coisa.

7) E quanto a acessibilidade dos telejornais bauruenses?

Não tem né até porque as pessoas desconhecem. Esse é o grande problema, não se insere na formação do jornalista a preocupação com a acessibilidade. O jornalista no caso da formação, ele é instado a dominar a tecnologia, ele é instado a estar por dentro dos novos avanços nas formas de comunicação, então todo mundo tem que aprender a mexer com a rede social, todo mundo tem que aprender como é que publica no twitter, mas as formas alternativas e acessíveis de produção textual nem comentam. Então se essa pessoa desconhece como é que ela vai levar isso para sua produção. E desconhece na formação e desconhece também a própria lei porque não é uma lei que interessa.

Porque no limite o jornalista deveria conhecer a legislação, então a gente também não conhece a legislação porque se soubesse que a legislação ratificada pelo Brasil, que tem uma lei que determina isso, que tem norma ABNT que determina isso. O jornalista também ignora. Tem alguns discursos que estão muito em moda hoje em dia, um dos discursos é o da diversidade, respeitar as minorias que não são minorias. Respeitar o diverso, isso é uma discussão que tem sido pautada e bastante abordado pelo jornalismo, mas dentro da temática da diversidade o aspecto dela ou a faceta dela mais inviabilizado é o da deficiência. Então se pensa em diversidade, né e diferenças de raça, de credo, de gênero, mas não se encara também a deficiência como um componente como uma faceta da diversidade humana, então para para pensar, quando se fala em diversidade quase nunca entra a discussão da deficiência. É questão de gênero, de raça. Olha eu julgo até, eu suponho até que a de religião esteja acima da discussão sobre deficiência, então a diversidade é pauta em voga? É. Mas qual diversidade? A discussão da deficiência é inviabilizada, então assim são essas falhas do jornalismo, falha de formação, falha de conhecimento e ai a gente cai naquilo que falamos agora a pouco, ficar repetindo, aborda determinadas temáticas,

mas todo mundo do mesmo jeito, e o todo mundo do mesmo jeito em moda hoje em dia é falar da diversidade, mas só de determinados aspectos da diversidade.

Por fim uma última coisa que acho importante e sempre sob um viés capacitista, quando fala em superação. Quando o jornalista usa esse termo mostra toda a ignorância dele, então assim é uma cobertura ignorante. Antes não fizesse a matéria, sabe, fazer a matéria para reforçar capacitismo, para reforçar a discriminação. O jornalismo ele peca, peca nisso, a gente vê isso nas olimpíadas e paraolimpíadas.

8) Qual o impacto de um telejornal acessível para uma cidade do porte de Bauru, que gera conteúdo para a região?

Poxa eu só não sei mensurar isso. Eu faço do ponto de vista ideal, é a reação de público, respeito a todas as pessoas, estar na "vanguarda" atrasada, né, mas acaba sendo estar na vanguarda, ser um produto diferenciado porque acaba sendo diferenciado, como no Brasil ninguém faz isso quem faz se diferencia. Aqui na Espanha, por exemplo dois palitos, você estar acessível ou você não estar acessível, porque assim como você, você e todo os demais também estão acessíveis, então não é um diferencial. Aqui na Espanha o que me parece que passa a ser diferencial é a abordagem que se faz mas não a apresentação dos recursos, mas no Brasil não. Então é diferencial mercadológico, diferencial ético, é um diferencial moral, então esse seria um impacto. Agora como isso vai afetar as pessoas concretamente isso demandaria outro tipo de pesquisa, mas no mínimo você está respeitando o direito de todas as pessoas em qualquer condição, em qualquer momento da vida em acessar conteúdos, acesso à comunicação e à informação.

É uma discussão que está no mesmo nível da discussão da responsabilidade de climática, é mudança de paradigma humanitário da humanidade. Então assim como nós temos que ter comportamentos sustentáveis, temos que ter comportamentos e práticas universalmente desenhados.

9) Como é o cenário da acessibilidade no telejornalismo fora do Brasil?

Eu trabalho aqui na Espanha com o centro espanhol de subtítulo e audiodescrição, ele é um órgão da Universidade Carlos Terceiro Madrid ligado ao real Patronato da deficiência então, ele é o órgão que além de produzir tradução

audiovisual acessível, legendagem que eles chamam de subtítulo e audiodescrição, ele que estabelece as normas, ele estabelece os parâmetros. Eles publicaram passado um guia para medição da qualidade do subtítulo e da audiodescrição primeiro que saiu até hoje no mundo. O primeiro em termos de Europa, porque no mundo eu não sei porque a gente desconhece, né Oriente, África, o que se faz lá, mesmo na América Latina. Então o que eu percebo aqui na Espanha, 98% de todos os programas e os das TVs públicas são 100%, tem legendagem e tem janela de libras, não, a janela de libras é por horas também, mas tem legendagem então para você ver como nós estamos atrasados, todo programa gente. Ah, não esteja dublado, na televisão alguns filmes estão dublados não oferece alternativa da legenda de acionar a legenda, mas é um canal praticamente, e saiu agora. Se você quiser eu compartilho com você tá aqui tá.

É isso é e no caso do jornalismo todo conteúdo de jornalismo tá legendado entendeu se não tá legendado tem o *Closed Caption* como eles trabalham com *Closed Caption*, é a legendagem em tempo real e trabalham com as empresas trabalham com os equipamentos e as empresas pelo mundo, entendeu então essa tecnologia já está disponível, as empresas tem que investir.

APÊNDICE C – ENTREVISTA GILCEMAR DE SOUZA WERNECK

Entrevista em profundidade

Aluno: Ana Cláudia Sanches Arruda

Orientadora: Dra. Leire Mara Bevilaqua

Título do trabalho: Telejornalismo e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Bauru

Entrevistado: Gilcemar de Souza Werneck

1) Como é realizado o ensino da Língua Brasileira de Sinais?

Na verdade a gente trabalha de duas formas, a forma prática, a metodologia prática, e a teórica. Em primeira instância assim a gente precisa trabalhar a teoria. Porque precisamos que as pessoas entendam de onde saiu a língua, porque ela existe, de onde ela veio, tem todo o histórico que eu trabalho com os alunos. Às vezes acho que antes das aulas chata, eu sempre procuro fazer bem diferente na minha aula teórica, uma aula bem conversado, aquele papo gostoso, porque assim a gente já sabe que a aula teórica é chata esse

Uma boa didática falo. Então a libras, a gente tem o que é a teoria que é a base de tudo e a prática né? Que ela vem assim para para pegar tudo aquilo que você estudou na teoria e jogar lá na prática e fazer acontecer tudo que você aprendeu em relação da estrutura dela, então a gente fala que o estudo da libras ele sem a teoria não é o estudo da libras e o estudo da teoria sem a prática não é o estudo, então ela tem que estar entrelaçada.

2) E como é realizado o ensino da prática?

A prática a gente procura sempre fazer diálogos, a gente precisa sempre fazer vivenciar situações do dia a dia que os surdos vivem. É o que eu costumo falar na verdade Libras não é você saber falar "Oi, tudo bem?" ou "Boa noite" e "Boa tarde", não, os surdos não querem saber só disso, eles querem viver na comunidade, onde tem gente na igreja, onde tem gente no mercado, no shopping, eles querem viver dentro da sociedade. E dentro da sociedade nós não falamos "oi..tudo..bem?" nada disso, nós temos a fluência da língua portuguesa, e é a mesma coisa que eles querem,

que os ouvintes tragam essa realidade para dentro da língua de sinais, querem que eles entendam que precisa sim ter fluência naquilo que você está falando.

3) Qual a importância da Libras para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva severa?

Extraordinário, a gente pode ir até citar exemplos aqui de surdos que eu já atendi que teve muita dificuldade por ser só oralizado, Eu já trabalhei com surdos e que fizeram o implante coclear, não tenho nada contra acho maravilhoso, eu acho que a família, e o próprio surdo tem que escolher aquilo que ele quer, não digo quando ele é um bebê ou uma criança que ele não tem como fazer suas escolhas, mas a gente sabe que tem casos de surdos que depois da idade adulta, jovem, e tudo mais, resolveu fazer o implante e tudo mais né. Mas vamos entender que a libras para o desenvolvimento humano como pessoa né? Como a lei garante que todo cidadão tem o direito de ir e vir, da aprendizagem, da saúde, todos aqueles aspectos que a gente já aprendeu na faculdade, então a Libras é um meio de comunicação dele com o mundo em tudo que ele vive, em tudo que ele se sente que é igual, mesmo tendo a sua deficiência, a libras ela chega para mostrar que a comunicação vai fazer com que ele se interaja no mundo ouvinte, no próprio mundo surdo igual a gente já presenciou alguns surdos até falando sobre isso, de aceitação ou não aceitação. Então a libras ela é muito importante para tornar a pessoa um ser humano muito mais capaz de mostrar suas potencialidades.

4) Quais os desafios para o ensino da Libras?

Os desafios que a gente enfrenta na verdade, eu acho que talvez seria a falta de estrutura, eu falo de profissionais capacitados, porque não é apenas falar que a gente sabe libras se a gente não tem o domínio daquilo que está fazendo entende-se que assim como uma criança ouvinte, né? Que a parte dos alfabetização ela tem todo um preparo durante a primeira infância, o professor tem que desenvolver várias metodologias, adaptações para chegar naquele conteúdo, e assim os desafios da libras para crianças surdas, os desafios são maiores, porque ela precisa entender que ela tem um princípio dentro de um país que a língua portuguesa que ela tem que pegar esse princípio e ela tem que trazer para a língua dela, não a língua mãe porque a

gente fala que a língua mãe é de todos, o português né, a língua mãe. E aí a Libras ela vem para agregar de uma certa forma para que a pessoa surda ela se desenvolva muito mais e alfabetização a gente fala esse processo, a gente tem fazer o que primeiro: ensinar a língua mãe para a criança e para depois trazer a língua de sinais. É assim, um desafio gigante. Imagina uma criança que nunca ouviu, né, e ela ter que aprender a parte de linguística e ela não escuta o som, mas ela vai ter que fazer a junção de muita coisa através de adaptações necessárias para que ela consiga ser alfabetizada pela língua de sinais, que hoje a gente considera no Brasil a primeira língua do surdo é libras e a segunda é o português. Isso é diferente, daquela fala anterior, que a língua mãe é o português, a mesma coisa de um surdo dos Estados Unidos, a língua mãe dele é a língua inglesa. A libras é a base do ensino para que ele tenha uma comunicação e que seja incluído de forma igual às outras pessoas, mas respeitando as suas limitações.

5) Qual a impacto do ensino de Libras na escola?

Na verdade a gente fala que com essa mudança toda o ganho além de ser prazeroso para a criança surda porque ela vai se sentir incluída, poxa, eu tenho um amiguinho que consegue falar "oi, tudo bom?", "vamos brincar", ou, "vamos tomar água", "vamos no parque" e eu falo que para o desenvolvimento da criança que não ouve vai ser sensacional porque ele vai crescer aprendendo que tem limitações, que tem pessoas diferentes, mas que precisam ser iguais, então o ganho para mim é igual, os dois estão ganhando tanto a criança surda, que está sendo incluída quanto a criança ouvinte que está aprendendo. Então assim esse impacto para a vida deles, o desenvolvimento, eu falo como, cidadão, como ser humano vai ser sensacional.

6) Quais as maiores dificuldades encontradas na difusão da Libras em Bauru?

Aqui em Bauru? Políticas Públicas, porque a gente fala que é muito bonito quando se fala de inclusão, quando você mostra no papel que a lei já foi aprovada, então tudo isso é muito lindo, mas na prática a gente tem exemplos de diversos projetos que a gente já fez aqui em Bauru com a galera aí das lideranças mais novas de prefeitura, todo mundo pegou o projeto para fazer mas na prática não acontece. Eu falo que os desafios que a gente tem realmente são as políticas públicas, quando

eles entenderem que nós temos pessoas que necessitam desse tipo de serviço que necessitam por direito, que são um direito delas por lei, direito como pessoa de ter o acesso às redes públicas, privadas, então eu falo que em primeiro lugar é a política pública. Ela tem que se conscientizar, porque eles são a liderança maior, então se "eu sou a liderança maior, eu sou a influência para uma geração, para uma nação, para uma cidade, um município", então eu acredito que as políticas públicas são primordiais nesse processo.

Que é o que a gente falou sobre a importância só do básico, onde todo mundo hoje "ai eu fiz o básico de libras", e aí? Você fez apenas o básico para ter uma comunicação melhor? Não, quando a pessoa fala para mim que fez o básico eu fico chateado porque se a pessoa fez o básico, a pessoa não parou para refletir que o surdo não precisa só do básico. Eu falo que assim, no nosso cotidiano nós temos o café da manhã, almoço e o jantar, ou seja, precisamos das três refeições para ficarmos bem alimentado e os surdos é a mesma história. Eles não necessitam que eu tenha apenas o básico, eles querem que eu tenha o básico, o intermediário, o avançado e se possível eles querem que tenha o avançado 1, 2, 3 e 4 para que eu consiga explorar mesmo a língua deles e fazer com que através de mim, ouvinte, minhas mãos possam ser instrumento de acesso para o crescimento deles. Olha que maravilhoso, o ouvinte, o intérprete têm esse poder de mediação, de oferecer o melhor para o desenvolvimento da pessoa surda.

7) Com base na sua experiência e participações em campanhas políticas e eventos na cidade de Bauru, qual a maior dificuldade que você vê para a implantação da janela de libras no telejornalismo bauruense?

Na verdade, a fala que escutamos muito, é valorização do profissional que vai atuar dentro, porque quando a gente fala da atuação de um tradutor intérprete dentro de uma TV, sabemos que há toda uma estrutura que tem que ser preparada, o espaço, a iluminação e mesmo em relação ao pagamento do profissional que vai fazer. Porque é um trabalho que não é fácil, e muitas vezes as pessoas acham que chegamos ali, fazemos a tradução e acabou. Mas, não é isso. Temos toda uma preparação do material que vai ser executado pela TV, precisamos ter esse material antecipado, porque precisamos fazer adaptações que no português tem coisas que eu preciso fazer uma adaptação correta, trazer para a língua de sinais e ficar claro para eles

entenderem. Então eu acho que para eles hoje é tudo muito mais fácil, vamos por uma legenda lá, que só vamos digitar e está tudo bem, está pronto e está tudo certo, a inclusão foi feita. Quando na verdade, eles estão equivocados, porque eles não entendem que o processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda depende da língua de sinais como primeira estrutura para eles entenderem, que o português, a gramática deles é totalmente diferente do que é a nossa em português, então tem todo um conteúdo que por exemplo, hoje se você coloca um conteúdo apenas com a legenda lá, isso não favoreceu o surdo, pois temos surdos que vai fazer a compreensão de alguns termos, tem uns que não vão entenderem nada, tem outros com muita dificuldade na escrita e na leitura, temos que sempre pensar que temos que viver com a hipótese maior que é aqueles surdos que são surdos profundos, que possuem as maiores dificuldades e que não fazem a leitura e escrita.

8) E no caso da programação ao vivo, sem essa possibilidade de roteiro antecipado?

Exatamente, então o intérprete além de todo o conteúdo prévio enviado ele tem que ter o estudo diário, tem que estudar sobre saúde, tem que estudar sobre educação, sobre economia, sobre guerras. Então na verdade, o intérprete é multidisciplinar em tudo. Porque se não há o entendimento de tudo, do que tá usando, os termos que devem ser usados, o intérprete fica perdido. Já aconteceu comigo um milhão de vezes, não uma, nem duas de participar de evento no qual não me mandaram o material e eu me virei nos trinta, fiz o possível tentando não fugir da realidade. Mas, tem casos de colegas que pararam na tradução porque tiveram dificuldades com o assunto que nunca estudou, então é muito importante a preparação prévia do intérprete, o estudo prévio. Então temos: a preparação do profissional para deixá-lo bacana, e o estudo prévio do conteúdo que vai ser aplicado multidisciplinar, do que será discutido no programa, entrevista e entre outros.

A valorização do profissional, e o orçamento. É mais fácil e mais barato colocar a legenda do que uma pessoa que vai trazer acessibilidade com qualidade, para que a informação chegue perfeitamente para os surdos.

APÊNDICE D – ENTREVISTA JULIO CÉSAR COUTO NAGATOMO

Entrevista em profundidade

Aluno: Ana Cláudia Sanches Arruda

Orientadora: Dra. Leire Mara Bevilaqua

Título do trabalho: Telejornalismo e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Bauru

Entrevistado: Julio César Couto Nagatomo

1) Conte-me um pouco sobre a sua perda auditiva.

Meu pai, minha mãe e eu, nós não morávamos em Bauru. Nós morávamos em outra cidade, eu nasci em outro estado. A minha mãe ficou muito doente, ela teve a doença rubéola, e acabou ficando grávida de mim. Ela teve algumas sequelas, porque na verdade teve falta em relação às vacinas então por isso que acometido da doença, eu nasci surdo. Agora podemos observar que já existe a vacina, mas naquele tempo não existia.

2) Quando você se mudou para Bauru?

Eu era muito bebê, não me recordo muito, mas era muito bebê. Meus pais quando se casaram e a minha mãe engravidou, viemos fazer o tratamento aqui no centrinho, e esse foi um dos motivos que precisei mudar para Bauru e a única coisa que eu lembro assim é que eu vivia com vários tipos de aparelhos, que precisei fazer adaptações, eu ia no centrinho, e meu pai até precisou comprar um outro tipo de aparelho para fazer uma adaptação própria mas não me recordo, eu era muito criança.

3) Quando teve o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais?

Eu tive muita dificuldade, na verdade, eu não tinha contato com a Libras, eu fazia mais os tratamentos com a fonoaudiologia e era muito forçado a oralizar então eu realizava esses treinos diários para estimular a minha fala e era uma forma diferente. O meu pai até pagava uma fonoaudióloga particular que ela estimulava essa parte da fala, da dicção, para que eu pudesse treinar mais para poder falar melhor,

era até separado do tratamento que eu realizava no centrinho. Mesmo eu sendo surdo, meu pai exigia de mim que eu falasse. Ele era muito ruim naquela época, então, ele obrigava e eu precisava respeitar. Tinha que aprender a falar o meu nome, igual a minha escrita. Como se colocasse toda a escrita de um jornal, eu precisava me esforçar para falar corretamente o que estava escrito, isso que meu pai exigia de mim.

4) E quando e onde que foi que você teve um primeiro contato com a Libras?

Mais ou menos com meus 20 anos que teve o primeiro contato com a Libras. Antes dessa idade não tinha o contato com a libras, aprendi depois.

Eu tive meu primeiro contato com um amigo surdo que usava aparelho e sinalizava, eu não entendia muita coisa, mas nos lugares que íamos, e lugares próprios que os surdos iam passear, iam se reunir, foi onde eu tive o primeiro contato, eu ainda era muito jovem.

5) A partir desse momento você começou um curso de Libras ou aprendeu com a convivência com os demais surdos?

Eu não sabia os sinais e nesse contato junto com os surdos, eu comecei a crescer, tinham muitas palavras que eu não conhecia e eles foram me ensinando e eu fui aprendendo. Eu não tive uma professora própria que me ensinou a falar em Libras, eu aprendi sozinho, nesse contato próprio com os surdos na rua. Porque o meu pai me obrigava muito quanto a fala, depois ele até incentivou que eu precisava ir para a escola. Estudei junto com os ouvintes e os próprios ouvintes me ensinavam palavras, me ajudavam na organização das coisas e assim eu fui aprendendo. Com os ouvintes na verdade, eu aprendi mais os significados das palavras do que com os próprios surdos, pela dificuldade que eles têm.

6) Qual a importância da Libras para a sua comunicação?

É muito boa a comunicação, mas as vezes fico me perguntando, gostaria de ser um ouvinte, porque a gente observa que a língua portuguesa possui uma estrutura muito forte e a da Libras temos bastante dificuldade, pela simplicidade que tem em sua estrutura. Eu lembro que eu consegui muita coisa mais pelas dicas de ouvintes

do que com as próprias dicas de surdos, em relação à gramática dos surdos e tudo mais.

7) Você consome conteúdos jornalísticos? Quais e por quê?

Eu gostava muito de ver jornalismo relacionado a filmes, a noticiários, futebol, as dificuldades, problemas dentro do Brasil, a crise, acidentes, todo esse contexto de informações e notícias eu gostava muito, mas tenho um pouco de dificuldade por conta do português e algumas palavras.

8) Quais os formatos que você consome de conteúdo jornalístico?

É bem dificultoso falar sobre isso porque assim, a gente sempre procura os meios mais fáceis para conseguir entender, igual os filmes por exemplo: em que as legendas são bem complicadas e para poder ver essa parte da legenda, as palavras que têm lá tem uma grande dificuldade, então eu tenho o costume de pegar as palavras, ler e colocar no google para entender o significado de cada uma para ficar mais fácil a compreensão do filme que estou assistindo. Primeiro observo o filme, e aí eu pego as palavras e jogo no google para pesquisar as palavras e conseguir entender melhor, porque eu acho muito interessante e assim vou aprendendo o significado.

9) E no caso do conteúdo jornalístico diário, você consome? Por qual formato ou veículo?

No passado eu gostava de ver bastante jornal, mas a gente sabe que a tecnologia está mudando e eu acho que agora é melhor com a internet e o celular. Então tudo é mais fácil, e hoje eu tenho que fazer uma adaptação do português para a Libras para que eu consiga aprender as palavras e o contexto corretamente e ver o significado dessas palavras através do jornal. Por isso, eu gosto muito de usar o celular. Lá no passado a gente tinha muita dificuldade, o celular não possuía essa tecnologia, era mais por revista, ou livros. A gente olhava e fazia aquela pesquisa.

10) Qual a sua relação com os telejornais?

Eu acho que depende, da informação que está entendendo. Tem surdo que gosta de assistir jornalismo, tem surdo que não gosta. Por exemplo, tem surdo que fala ah achei legal aquilo que está passando, então depende de cada um, é uma opinião de cada um de gostar ou não dos conteúdos. Mesma coisa que falar de roupa, qual roupa você gosta, são opiniões pessoais. O surdo faz essa escolha do que ele pode ou não assistir.

Eu acho que deve ser respeitado o jeito de cada um, então escolho aquilo que eu gostaria de ter. A opinião do surdo deve ser respeitada também.

Um exemplo: tem surdo que adora ver o intérprete e tem surdo que reclama do intérprete, que dificulta o entendimento, tem surdo que prefere apenas visualizar a imagem e as expressões. Por mais que seja muito importante essa parte para a comunicação dos surdos, mas isso é escolha. Eu quero dizer é que tem surdo que infelizmente rejeita algumas situações, mas é muito importante a comunicação da Libras e do português para o entendimento do fato como um todo. Como hoje cada um escolhe o que quer, dentro da deficiência as vezes há preconceitos. é muito importante, e tem pessoas com a mente muito pequena, tem que entender a importância da nossa comunicação.

11) Durante a pandemia qual foi a sua principal fonte de informação?

A internet, porque na verdade é tudo tecnologia, é tudo coisa nova. Não tem como ficar para trás e o mundo inteiro está conectado na tecnologia.

Eu acho bem mais dificultoso sem o celular porque na internet tem muita coisa, pesquisas, fotos, o YouTube. É um espaço bacana para nós fazermos as pesquisas e a gente observa que até quando vamos relacionar os conteúdos, a importância de entender as próprias línguas que estão sendo escritas, eu gosto muito de pesquisar também a língua de outros países, os significados das palavras em inglês e aí eu vejo o significado correto para que eu possa entender. Eu faço sempre a comparação pegando uma palavra e olhando o significado em Libras, e depois pego o sinal, faço a pesquisa para entender o sinal e depois pegar o contexto do português.

12) Você já enfrentou dificuldades de acesso a informações veiculadas nos telejornais de Bauru? Quais?

Sim, na minha casa nós temos o costume de visualizar o jornal, mas a dificuldade é terrível, apenas observado os locais, estados e o que está acontecendo. Mas não entendemos nada da fala, simplesmente as expressões e o movimento que estão acontecendo dentro das cenas. Por exemplo, quando um banco é assaltado ou as empresas que estão falindo, as guerras, em tudo isso entendemos apenas as expressões porque a fala a gente realmente não entende nada. Ai quando indicam os lugares conseguimos contextualizar.

Complemento

É muito importante também o estudo, o surdo tem que se aprofundar no estudo, tem que ir para uma faculdade sim, precisa aprender o significado do português, ter esse contato mais profundo com o professor, são vários pontos muito importantes. Nós precisamos sim nos esforçar e mostrar a importância da língua de sinais em todos os lugares, até mesmo na faculdade que é o contexto que eu acho importante para que consigamos desenvolver.

Eu acho muito importante esses estudos para que a gente entenda esse contextos dentro da TV, tanto a TV, como filmes, séries, então em tudo. Para nossa comunicação melhorar acho que de todos os setores, esses três que eu citei são primordiais para o nosso desenvolvimento. Nós precisamos ser mais "inteligentes" nessas questões que eu te apresentei, eu particularmente adoro a minha língua, eu amo mexer no computador, e já sou trabalhei com prótese, eu aprendi muita coisa mas precisei me esforçar bastante e por isso eu amo a comunicação.

APÊNDICE E – ENTREVISTA ALINE MONIQUE JACOMO NAGATOMO

Entrevista em profundidade

Aluno: Ana Cláudia Sanches Arruda

Orientadora: Dra. Leire Mara Bevilaqua

Título do trabalho: Telejornalismo e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Bauru

Entrevistado: Aline Monique Jacomo Nagatomo

1) Conte-me um pouco sobre a sua perda auditiva.

Minha mãe teve meningite durante a minha gravidez e eu perdi a audição.

2) Quando teve o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais?

Eu comecei a aprender Libras com 10 anos de idade na escola, os professores me ensinavam. E também com a própria comunidade surda que eu comecei a ter o primeiro contato com a Libras.

3) Qual a importância da Libras para a sua comunicação?

A Libras é importante porque é um meio para nossa comunicação, é a forma que os surdos necessitam para estar informado de todas as coisas que acontecem ao seu redor, para nos sentirmos importantes também através da comunicação. Imagina se para você faltasse a sua audição, para a comunicação é mais que importante.

4) Você consome conteúdos jornalísticos? Quais e por quê?

Eu gosto muito de assistir e ver quando é o jornalista, mas eu observo que ainda falta da acessibilidade para as pessoas surdas e até mesmo quanto aos profissionais intérpretes que estão traduzindo, se estão fluentes naquilo que estão sendo passado.

5) Além da televisão, por onde você costuma se informar?

Eu não gosto muito do facebook, mas acho mais interessante para a pesquisa de conteúdo, assim como o Instagram. Sou muito curiosa de assistir filmes para ver o conteúdo das palavras exibidas. Acho importante essa parte da comunicação e da interpretação em Libras, mas acho que o intérprete tem que ser muito bom para não pular os conteúdos que a gente ta pesquisando.

6) Enquanto expectadora do telejornal, você ativa a função de legenda?

Isso, eu tenho o costume desde sempre de ativar a legenda. Gosto muito de ver a legenda e as palavras em português.

7) Para você, melhoraria e facilitaria a compreensão se tivesse um intérprete junto com a legenda?

Sim, seria muito importante porém observo que ainda pela experiência dos intérpretes essa falta que necessita melhorar na tradução para que o conteúdo seja perfeito e não pule as informações corretas que são necessárias para o nosso entendimento.

8) Qual a sua relação com os telejornais?

Eu acho muito bacana, porque imagino que são vários conteúdos diversos, e eu gosto muito de prestar atenção para entender o contexto e as vezes quando eu não entendo eu peço ajuda para minha filha nas palavras para que eu possa entender e compreender melhor.

9) Você já enfrentou dificuldades de acesso a informações veiculadas nos telejornais de Bauru? Quais?

Eu observo que a falta de acessibilidade nos conteúdos em Bauru ainda são frequentes e precisam melhorar muito. É preciso um incentivo maior, porque os surdos sofrem demais com essa falta de informação e quanto a diversos temas.

10) Quais dificuldades você já enfrentou?

Eu já passei por diversas dificuldades, essa falta de comunicação dos profissionais. Por exemplo no banco, quantas vezes precisei fazer um trabalho de banco e não tinha intérprete, essa dificuldade também é em médicos e outros.

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU”**. Nesta pesquisa, busca-se compreender a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva nos telejornais produzidos na cidade de Bauru, interior de São Paulo.

Para isso, será adotado como procedimento metodológico a entrevista em profundidade. Ela será conduzida pela pesquisadora por meio de um questionário semiestruturado, com no máximo 10 perguntas principais, que podem ser desdobradas durante a entrevista. A entrevista será conduzida e gravada por intermédio de plataforma digital de comunicação. Esse é um procedimento metodológico em que há risco mínimo de constrangimento.

A pesquisa contribuirá para entender as dificuldades de pessoas com deficiência auditiva em consumir telejornais locais e estimular o debate sobre o tema, como forma de cobrar a implementação da legislação de acessibilidade vigente. A sua participação neste estudo é voluntária. O (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito a indenização. O (a) Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada digitalmente pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU”** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, _____ de _____ de 2021.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisadora	Data
------	-------------------------	------

Em caso de dúvidas sobre aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua

E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br **Telefone:** (14) 99637-0883

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano do UNISAGRADO

Endereço – Rua Irmã Arminda 10-70 **Telefone:** (14) 2107-7340

horário de funcionamento: 2ª a 6ª. feira das 8:00 às 17:00



E-mail: cep@unisagrado.edu.br

APÊNCICE G – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADOS

Eu, Julio Cesar Couto Nagatomo, portador (a) do documento de identidade 43518214 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, 30 de maio de 2021.

<u>Julio CESAR COUTO NAGATOMO</u>	
Nome	Assinatura participante
	
Nome	Assinatura pesquisadora
Data <u>30/05/2022</u>	



Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua
 E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br Telefone: (14) 99637-0883
 CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano do UNISAGRADO
 Endereço – Rua Irmã Arminda 10-70 Telefone: (14) 2107-7340
 horário de funcionamento: 2ª a 6ª. feira das 8:00 às 17:00
 E-mail: cep@unisagrado.edu.br

Eu, Alvine marique f. Nagatomo, portador (a) do documento de identidade 33.809.605-X fui informado (a) dos objetivos da pesquisa "TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, 30 de maio de 2022.

<u>Alvine marique facena Nagatomo</u>		
Nome	Assinatura participante	Data
		
<hr/>		
Nome	Assinatura pesquisadora	
		
<hr/>		
Data	<u>30 de maio de 2022</u>	



Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua
 E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br Telefone: (14) 99637-0883
 CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano do UNISAGRADO
 Endereço – Rua Irmã Arminda 10-70 Telefone: (14) 2107-7340
 horário de funcionamento: 2ª a 6ª. feira das 8:00 às 17:00
 E-mail: cep@unisagrado.edu.br

Eu, GILCENAR DE SOUZA VENTURA, portador (a) do documento de identidade 41.360.875 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa "TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, 30 de MAIO de 2021.

		
Nome	Assinatura participante	Data
		
Nome	Assinatura pesquisadora	
Data <u>20/05/2022</u>		

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua
 E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br Telefone: (14) 99637-0883
 CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano do UNISAGRADO
 Endereço – Rua Irmã Arminda 10-70 Telefone: (14) 2107-7340
 horário de funcionamento: 2ª a 6ª. feira das 8:00 às 17:00
 E-mail: cep@unisagrado.edu.br

Eu, Angélica T. Carmo Rodrigues, portador (a) do documento de Identidade 7677068 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa "TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, 01 de novembro de 2021.

Rodrigues

Nome	Assinatura participante	Data
	<i>[Assinatura]</i>	
Nome	Assinatura pesquisadora	Data
	<i>[Assinatura]</i>	<i>30 de maio de 2022</i>

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua
E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br Telefone: (14) 99637-0883

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano do UNISAGRADO
Endereço – Rua Irmã Arminda 10-70 Telefone: (14) 2107-7340
horário de funcionamento: 2ª a 6ª, feira das 8:00 às 17:00
E-mail: cep@unisagrado.edu.br

Eu, Suely Maciel, portador (a) do documento de Identidade 1610828 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa "TELEJORNALISMO E INCLUSÃO DE PESOSAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA CIDADE DE BAURU" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, 12 de dezembro de 2021.



Suely Maciel



Nome

Assinatura pesquisadora

Data 30 de maio de 2022

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Leire Mara Bevilaqua

E-mail: leire.bevilaqua@unisagrado.edu.br Telefone: (14) 99637-0883

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano do UNISAGRADO

Endereço – Rua Irmã Arminda 10-70 **Telefone:** (14) 2107-7340

horário de funcionamento: 2ª a 6ª. feira das 8:00 às 17:00

E-mail: cep@unisagrado.edu.br

ANEXO A – TABELA PRESENTE NO RELATÓRIO MUNDIAL DE AUDIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2021

Table 1.3 Grades of hearing loss and related hearing experience*

Grade	Hearing threshold ^a in better hearing ear in decibels (dB)	Hearing experience in a quiet environment for most adults	Hearing experience in a noisy environment for most adults
Normal hearing	Less than 20 dB	No problem hearing sounds	No or minimal problem hearing sounds
Mild hearing loss	20 to < 35 dB	Does not have problems hearing conversational speech	May have difficulty hearing conversational speech
Moderate hearing loss	35 to < 50 dB	May have difficulty hearing conversational speech	Difficulty hearing and taking part in conversation
Moderately severe hearing loss	50 to < 65 dB	Difficulty hearing conversational speech; can hear raised voices without difficulty	Difficulty hearing most speech and taking part in conversation
Severe hearing loss	65 to < 80 dB	Does not hear most conversational speech; may have difficulty hearing and understanding raised voices	Extreme difficulty hearing speech and taking part in conversation
Profound hearing loss	80 to < 95 dB	Extreme difficulty hearing raised voices	Conversational speech cannot be heard
Complete or total hearing loss/deafness	95 dB or greater	Cannot hear speech and most environmental sounds	Cannot hear speech and most environmental sounds
Unilateral	< 20 dB in the better ear, 35 dB or greater in the worse ear	May not have problem unless sound is near the poorer hearing ear. May have difficulty in locating sounds	May have difficulty hearing speech and taking part in conversation, and in locating sounds

* The classification and grades are for epidemiological use and applicable to adults. The following points must be kept in mind while applying this classification:

- While audiometric descriptors (e.g. category, pure-tone average) provide a useful summary of an individual's hearing thresholds, they

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP/UNISAGRADO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Telejornalismo e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Bauru

Pesquisador: LEIRE MARA BEVILAQUA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51517521.3.0000.5502

Instituição Proponente: Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.975.919

Apresentação do Projeto:

O presente projeto trata-se de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso da graduação em Jornalismo do Unisagrado, em que se propõe a estudar sobre a falta de acessibilidade dos telejornais da cidade de Bauru na comunidade surda. Para tanto, serão entrevistados 4 profissionais envolvidos com a temática.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo as pesquisadoras, o objetivo da pesquisa é "descobrir como a falta de acessibilidade nos telejornais de Bauru impacta na vida da comunidade surda."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos, menciona-se que "esse é um procedimento metodológico que envolve risco mínimo de constrangimento." Sobre os benefícios afirma-se que "o compartilhamento de informações e opiniões sobre a temática da pesquisa pode auxiliar na cobrança do cumprimento da legislação de acessibilidade na programação televisiva em sinal aberto no Brasil."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As correções solicitadas foram realizadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE adequado após correções.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Bairro: Rua Irmã Arminda Nº 10-50 **CEP:** 17.011-160
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)2107-7260 **E-mail:** cep@unisagrado.edu.br



Continuação do Parecer: 4.975.919

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomenda-se a aprovação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1821078.pdf	14/09/2021 16:57:52		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_AnaClaudiaArrudaSanches_editado.doc	14/09/2021 16:57:29	LEIRE MARA BEVILAQUA	Aceito
Outros	Questionario_AnaClaudiaSanches.docx	07/09/2021 19:17:55	LEIRE MARA BEVILAQUA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Ana_Claudia_Arruda_ComiteEti ca.docx	07/09/2021 19:13:44	LEIRE MARA BEVILAQUA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	07/09/2021 19:13:13	LEIRE MARA BEVILAQUA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 15 de Setembro de 2021

Assinado por:
Bruno Martinelli
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Bairro: Rua Irmã Arminda N° 10-50

CEP: 17.011-160

UF: SP **Município:** BAURU

Telefone: (14)2107-7260

E-mail: cep@unisagrado.edu.br